



Lusa

Agência de Notícias de Portugal, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2011

APROVADO EM ASSEMBLEIA-GERAL DE 27.03.2012

ÍNDICE

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

- A 1 – Introdução, pág. 3
- A 2 – Estrutura orgânica, pág. 4
- A 3 – Recursos Humanos, pág. 5
- A 4 – Qualificação, pág. 6
- A 5 – Formação profissional, pág. 6
- A 6 – Atividade Editorial, pág. 6
- A 7 – Evolução de negócios, pág. 11
- A 8 – Cooperação, pág. 13
- A 9 – Atividade internacional, pág. 15
- A10 – Atividade associativa, pág. 16
- A11 – Inovação/Modernização, pág. 16
- A12 – Investimento, pág. 17
- A13 – Análise económica e financeira, pág. 17
 - Situação Económico-financeira, pág. 17
 - Proveitos, pág. 17
 - Custos, pág. 18
 - Resultados, pág. 19
 - Situação Patrimonial e Financeira, pág. 19
 - Principais indicadores, pág. 20
 - Pendências judiciais, pág. 21
- A14 – Demonstrações financeiras, pág. 23

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2011, pág. 28

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 58

D – RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE, pág. 60

E – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO, pág. 74

F – DECLARAÇÃO DO VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SR. DR. ROGÉRIO PAULO DE SALDANHA PEREIRA VIEIRA, NOS TERMOS DO NÚMERO TRES DO ARTIGO SEXAGÉSIMO QUINTO DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, pág. 81

G – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, pág. 85

H – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, pág. 90

A – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

A1 – Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2011 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

Num ano fortemente marcado por uma grave crise sistémica, resultante do alastramento da crise soberana, e num contexto de fragilidade do sistema bancário e da subsequente conjuntura económica fortemente recessiva, a Lusa regista o resultado líquido do exercício de 2011 no montante de 612.977,12 euros.

Os resultados alcançados refletem as políticas de rigor da gestão e de controlo de custos adotadas pelo Conselho de Administração. Espelham, também, a consolidação da Lusa como agência multimédia produtora e distribuidora de conteúdos noticiosos e de informação para múltiplas plataformas.

No âmbito da produção de conteúdos deve registar-se, também, que a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado com o Estado, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

A Lusa constituiu-se, ainda, como um importante fator de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, pela intensificação e afirmação da presença da Agência no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.

No campo da inovação/modernização, a Lusa concluiu com sucesso projetos cofinanciados pela Comissão Europeia, e manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria, para a qual foi eleita como vice-presidente não executivo.

Em final de mandato do triénio 2009-2011 para que foi eleito, o Conselho de Administração deseja, ainda, agradecer a confiança dos Acionistas, o desempenho de todos os trabalhadores que diariamente fazem da Lusa uma agência de notícias reconhecida como rigorosa, plural e credível, o apoio prestado pelo Conselho Fiscal, e a colaboração do Banco BPI S.A..

A2 – Estrutura orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o administrador-delegado a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

O apoio direto ao PCA é feito pelo Gabinete de Planeamento e Projetos Especiais, vocacionado para a conceção e acompanhamento de soluções relacionadas com a gestão e a coordenação dos projetos estruturantes ou transversais, e pela Secretaria-Geral que assegura a maior parte dos serviços corporativos.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as quatro direções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Comercial e de Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem; Técnica, que controla a gestão dos sistemas de informação; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, seis delegações em território nacional e nove no estrangeiro, e dispõe também de correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 países de todo o mundo.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha



A3 – Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2011, a Agência tinha 291 trabalhadores (menos 3 do que em 2010), dos quais 281 no quadro de efetivos e 10 com contrato a termo. Entre os 281 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 8 requisitados e 34 em pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 247.

Do efetivo total, 37,1 % dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (compara com 37,8 % em 2010), 34,4 % trabalham na Lusa há menos de dez anos (compara com 38,1 % em 2010), e 53 % são homens.

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 227 elementos, correspondente a 78 % de todos os trabalhadores.

A4 – Qualificação

No universo de 291 trabalhadores da Lusa, 47,4 % têm como qualificações o nível do ensino superior, 41,6 % o nível do ensino secundário, 8,3 % o 3.º ciclo do ensino básico, e 2,7 % distribuem-se, em partes iguais, pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

A Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

A5 – Formação profissional

Além do protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., para formação contínua dos jornalistas, o plano de formação realizado em 2011 incluiu ações no âmbito de captura de vídeo e escrita para TV, Developing Web Applications with Microsoft visual studio 2010, Photoshop, Windows 7 e Office 2010, Banca, consulta de indicadores do INE, workshop de investigação jornalística assistida por computador, e contratação pública.

Com o objetivo de apetrechar os recursos humanos da Direção de Informação e da Direção Comercial, de competências adequadas para os desafios do novo paradigma comunicativo, onde os clientes da Agência procuram conteúdos de qualidade em diferentes plataformas mediáticas, a Lusa apresentou candidaturas a dois programas de financiamento de cursos de formação profissional, no âmbito do QREN-POPH (Quadro de Referência Estratégico Nacional - Programa Operacional de Potencial Humano). Em 31 de dezembro de 2011 a decisão sobre as candidaturas não era conhecida.

A6 – Atividade Editorial

O ano de 2011 constituiu para a Lusa o tempo propício de consolidação da agência multimédia ficando apta a corresponder às solicitações dos clientes e

do mercado em geral para lhes fornecer conteúdos noticiosos multimédia e, simultaneamente, os distribuir para diferentes plataformas.

No mesmo período, a Lusa reforçou a rede de correspondentes e aumentou a produção de notícias regionais ao nível de uma média diária de 120 notícias. Ao ampliar consideravelmente a produção de conteúdos noticiosos regionais, a Lusa privilegiou o noticiário de proximidade, colocou mais País no fio noticioso da Agência e deu, assim, uma maior satisfação às exigências do cumprimento do serviço público.

Mas, 2011 foi também o ano de alterações na Direção Editorial da Lusa. O diretor Luís Miguel Viana, por mútuo acordo, e o diretor-adjunto Domingos Andrade, por sua iniciativa, rescindiram o contrato de trabalho com a Lusa, tendo ambos cessado funções em 12 de julho. Fernando Paula Brito, que assumiu a Direção Editorial a 20 de julho, em contexto de forte contenção orçamental, procedeu em setembro a uma reorganização da Redação, com racionalização dos meios humanos existentes e redução dos lugares de chefia. Agência de notícias global, a Lusa consolidou as estruturas que a identificam como uma grande fornecedora multimédia de informação em todas as plataformas para órgãos de comunicação social, instituições e empresas dispersos por cinco continentes.

A Lusa consolidou a atividade editorial através da racionalização da estrutura interna e do melhor ajustamento aos objetivos do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, circunstância que lhe permitiu produzir mais fotos, vídeos e notícias, em atenção constante à satisfação de interesses e expectativas dos seus clientes.

Este desempenho da Lusa foi tecido, nomeadamente, por conteúdos noticiosos produzidos pelos jornalistas sobre acontecimentos marcantes da atualidade nacional: campanhas para as eleições presidenciais e legislativas; negociações com a troika; cobertura da apresentação da proposta do Orçamento de Estado para 2012; acompanhamento de altas figuras do Estado Português em viagens oficiais ao estrangeiro, como foi o caso da deslocação do Presidente da

República e do Primeiro-Ministro à XXI Cimeira Ibero-Americana a Assunção (Paraguai). A nível internacional, destacam-se as reportagens de enviados especiais da Lusa aos teatros dos conflitos registados no Egito e na Líbia; sismo do Japão; décimo aniversário do 11 de setembro nos EUA; crise na Grécia; eleições presidenciais em S. Tomé e Cabo Verde. Estes acontecimentos suscitaram excepcional interesse de clientes, ao ponto de muitos terem adquirido serviços especiais.

Como corolário do reconhecimento externo da qualidade editorial da Agência, a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) atribuiu à Lusa o Prémio Melhor Trabalho Jornalístico.

Produção editorial

A produção editorial da Lusa ascendeu a 247.039 conteúdos únicos, sendo a média diária de 676,8, conforme quadro seguinte:

Tipo	2011		
	Nº (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	43.384	118,9	17,6%
Conteúdos mistos	23.450	64,2	9,5%
Vídeos	14.556	39,9	5,9%
Notícias texto	142.947	391,6	57,9%
Outros conteúdos texto	4.947	13,6	2,0%
Áudio	14.569	39,9	5,9%
SMS	3.084	8,4	1,2%
Gráficos/Infografias	102	0,3	0,0%
Total	247.039	676,8	100,0%

Relativamente ao ano anterior regista-se um aumento de 8,8 % na produção anual de conteúdos.

A produção de conteúdos únicos em 2011, comparada com a de 2010, evidencia o maior crescimento na produção de fotos com um aumento de 40%, seguindo-se as produções de conteúdos mistos com mais 10%, de vídeos com um crescimento de 8%, e notícias texto com mais 7%.

Comparando com 2010, há a registar um ligeiro decréscimo nas produções de outros conteúdos de texto, áudio, SMS e gráficos/infografias, resultante da diminuição de apetência do mercado para este tipo de produtos, mas, ainda assim, num nível de estabilidade, excetuando a produção de SMS que caiu 56%.

Como se demonstra pelo quadro abaixo, a Lusa cumpriu as obrigações de serviço público inscritas na Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de julho de 2007, relativamente à produção do serviço de notícias global em notícias de texto e ultrapassou largamente os níveis exigidos para a produção de fotos, áudios e vídeos.

Tipo	Média por dia	
	Produção em 2011	Contrato Serviço Público
Áudio	39,9	10 - 20
Fotos	118,9	30 - 50
Notícias texto	391,6	300 - 400
Vídeos	39,9	5 - 10

O quadro *infra* reflete a produção noticiosa da Agência em 2011 comparativamente com a registada em 2010, agrupada segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunication Council) onde se inscreve a diversidade de assuntos tratados no fio noticioso da Lusa – notícias distribuídas – em valores que resultam da própria classificação temática.

Temas	Texto		Foto		Vídeo		Áudio	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Acidentes e Desastres	7.907	10.819	1.487	1.565	321	528	231	548
Ambiente	3.658	4.539	609	582	387	416	409	428
Artes, Cultura e Entretenimento	12.406	12.070	6.241	4.101	2.119	2.310	1.140	1.332
Ciência e tecnologia	2.008	1.717	199	193	156	213	159	231
Crime, lei e justiça	16.189	16.573	1.437	1.223	706	835	879	1.259
Desporto	25.694	28.844	11.560	9.696	3.002	2.176	1.685	1.337
Economia, Negócios e Finanças	54.641	51.136	4.349	2.836	4.203	4.153	4.700	5.396
Educação	4.615	4.488	843	621	633	550	621	712
Estilo de Vida e Lazer	1.904	3.181	371	406	288	385	138	219
Guerras e Conflitos	15.212	10.115	1.429	527	637	501	457	504
Interesse humano	2.998	3.078	1.116	746	297	329	178	202
Política	64.078	59.994	14.156	9.433	5.598	5.314	7.972	8.173
Religião	1.659	3.134	503	1.039	232	437	173	332
Saúde	6.123	6.395	571	418	452	483	785	956
Sociedade	20.591	23.757	972	842	2.335	2.584	2.202	2.574
Trabalho	6.671	6.741	1.169	742	775	845	869	1.090
Outros	10.736	10.710	328	709	575	538	533	627
Total	257.090	257.291	47.340	35.679	22.716	22.597	23.131	25.920

Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de notícias distribuídas não coincide, de facto, com o número de notícias produzidas.

Além da diversidade de conteúdos distribuídos pela Lusa, entre os 17 temas inscritos no quadro acima, destacam-se a Política (25%), Economia (21%), Desporto (10%) e Sociedade (8%) que no conjunto representam 64% do texto noticioso distribuído pela Lusa. Comparando com 2010, este agrupamento de temas mantém a liderança na distribuição de notícias/texto e a mesma percentagem de produção, demonstrando a estabilidade do fio noticioso da Agência.

Quanto à fotografia, os temas de política (30%) e de desporto (24%) representam 54% da produção de fotos da Agência, mais 1% do que em 2010, havendo a salientar o facto de o tema de política ter recuperado a liderança na produção fotográfica.

A7 – Evolução de negócios

Da análise aos proveitos das diversas áreas de negócios retira-se a evidência de a Lusa continuar a depender fortemente do Estado, através do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, que representa cerca de 76% do total de receitas.

O serviço de interesse público prestado pela Lusa abrange a totalidade dos suportes – texto, foto, áudio e vídeo –, e toda a gama de produtos multimédia da área da informação. Este serviço, enquadrado pelo contrato com o Estado, tem como principal objetivo a cobertura noticiosa nacional, regional e do espaço lusófono, e é essencialmente destinado aos órgãos de comunicação social nacionais, regionais, locais, das comunidades portuguesas e do mundo da lusofonia.

Trata-se de um mercado que, há vários anos, permanece em estado de maturidade, sem se vislumbrar qualquer tendência de crescimento, continuando a dar sinais de alguma contração em virtude das concentrações operadas em grupos de media.

Não obstante esta realidade, agravada pela crise económica, a Lusa conseguiu manter a sua principal carteira de clientes tradicionais e alargou o fornecimento de produtos noticiosos a outros mercados, a novos tipos de utilização e diferentes plataformas de distribuição.

Justifica-se, assim, o crescimento verificado nas vendas para publicações em plataformas resultantes da inovação e desenvolvimento de novas tecnologias de informação disponíveis no mercado nacional empresarial, bem como no mercado externo, nomeadamente no mapa da Lusofonia, o que muito contribuiu para reforço do protagonismo da Língua Portuguesa.

Por outro lado, a forte aposta na rede de correspondentes nacionais e internacionais permitiu à Lusa ampliar a cobertura noticiosa de vários assuntos de interesse mediático, em diversos locais do país e do globo.

Serviços de cobertura noticiosa especial foram amplamente utilizados pelos principais clientes da Agência potenciando a marca Lusa com resultados objetivos nas vendas.

O quadro seguinte demonstra, por um lado, a retração de vendas da Lusa no mercado tradicional dos grandes e pequenos órgãos de comunicação social, e, por outro, o aumento de valor alcançado na área de negócios das empresas e no contrato com o Estado, circunstância que, mesmo num ano de profunda crise económica, permitiu à Agência aumentar o volume de vendas em 0,9 %.

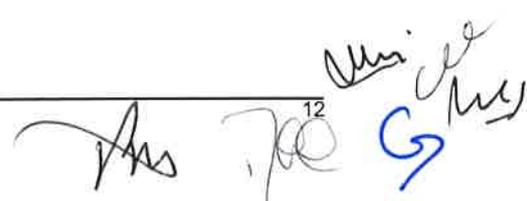
(Valores em euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2011	2010	VARIÇÃO 2010/2011	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.874.816,10	1.986.813,90	-111.997,80	-5,6%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	314.303,64	335.970,79	-21.667,15	-6,4%
EMPRESAS	1.027.373,16	953.952,77	73.420,39	7,7%
INSTITUCIONAL	15.623.146,30	15.373.915,35	249.230,95	1,6%
Contrato com o Estado	15.040.739,84	14.718.605,23	322.134,61	2,2%
Outros	582.406,46	655.310,12	-72.903,66	-11,1%
GRANDE PÚBLICO	14.238,75	17.673,61	-3.434,86	-19,4%
OUTROS	86.340,09	101.228,06	-14.887,97	-14,7%
SUBTOTAL	18.940.218,04	18.769.554,48	170.663,56	0,9%
MERCADO EXTERNO	446.968,25	443.647,93	3.320,32	0,7%
TOTAL	19.387.186,29	19.213.202,41	173.983,88	0,9%

Clientes e serviços

Atenta às dificuldades dos clientes, a Lusa desenvolveu uma política de proximidade e atenção através da oferta de serviços e respetiva comercialização à medida das necessidades manifestadas.

Em conjuntura adversa, a Lusa logrou, ainda, contratar outros clientes em novas áreas de negócio, nomeadamente, no âmbito do mercado das empresas, onde se aproveitaram as vantagens proporcionadas pelas novas



tecnologias de informação para empacotamento e distribuição dos conteúdos noticiosos.

Prestação de serviços

Para a fidelização de clientes e o alargamento do mercado da Lusa foi determinante a criação de novos serviços e a disponibilização de outros de acordo e à medida das expectativas dos clientes, nomeadamente: “Noticiário Lusa” – texto e foto; “Última Hora” – notícias urgentes; “Noticiário Lusa-Rádio” – bloco de notícias de áudio.

Ao nível da prestação de serviços, em 2011, deve ainda destacar-se a consolidação dos seguintes serviços:

- a) O Serviço de Vídeo da Lusa constitui uma das maiores referências nacionais de produção noticiosa naquele suporte.
- b) O Serviço de Televisão dirigido aos grandes canais de televisão logrou obter uma maior procura dos clientes que nele reconhecem importante apoio para a sua produção.
- c) A rede de correspondentes produziu diversos serviços especiais, crónicas, reportagens, e respondeu à maioria das solicitações dos clientes para este tipo de produtos.

A8 – Cooperação

A Lusa intensificou, em 2011, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção.

A IV Assembleia-Geral da ALP – Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa, realizada em Luanda sob os auspícios da ANGOP, constituiu importante palco de encontro de representantes das agências noticiosas, onde foi apoiada a ideia da constituição de uma agência noticiosa multimédia global da Lusofonia.

No âmbito do aprofundamento das relações de cooperação com entidades do mundo da Lusofonia devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- a) Visita à sede da Lusa de uma delegação de Moçambique, chefiada pelo diretor do Gabinete de Informação, para trocas de informação e de experiências no âmbito da atividade da Lusa como agência multimédia e da prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público (4 de março).
- b) Visita à sede da Lusa de uma delegação da ANGOP, integrada pela administradora executiva para a Área da Informação, Dra. Luísa Damião, e pelo administrador para a Área de Negócios, Dr. José Isaías, para troca de informações e de experiências no âmbito da atividade da Lusa como agência multimédia, de plataformas de produção e distribuição de conteúdos, e da venda e prestação de serviços (12 de abril).
- c) Participação da Lusa, através do Secretário-Geral, José António Santos, na IV Assembleia-Geral da Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa, realizada em Luanda sob os auspícios da ANGOP (17 a 23 de julho).
- d) Visita à sede da Lusa do Diretor da STP-Press, Manuel Dênde, para troca de informações tendo em vista a apresentação de um projeto de modernização tecnológica da STP-Press (13 de setembro) concretizado em outubro pela Lusa.

- e) Visita à sede da Lusa do presidente da Televisão de Timor-Leste, Expedido Dias Ximenes, para colher informação sobre a atividade de Lusa como agência multimédia (22 de setembro).
- f) Visita à sede da Lusa do ministro dos Assuntos Parlamentares de Cabo Verde, Dr. Rui Semedo, para informação sobre a atividade da Agência Lusa e avaliação da cooperação com a Inforpress (3 de outubro).
- g) A Lusa apoiou a produção do livro “Da Cabopress à Inforpress SA”, de José Mário Correia, editado em Lisboa, por JM Edições (outubro).
- h) Deslocação do Presidente do Conselho de Administração da Lusa a Cabo Verde, a convite da Inforpress, para participar no Fórum Internacional “O Papel das Agências de Notícias nas Sociedades Democráticas – A Informação Democrática”, organizado pela Agência Cabo-verdiana, na Cidade da Praia, e para apresentar aos responsáveis da Inforpress uma proposta de modernização da agência de notícias de Cabo Verde (13 a 18 de novembro).

A9 – Atividade internacional

A Lusa prosseguiu, em 2011, a afirmação da sua presença em instituições internacionais de que faz parte: EPA – European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora); AMAN – Alliance of Mediterranean News Agencies; EANA – European of News Agencies; Minds International; e IPTC – International Press Telecommunications Council.

No âmbito da atividade internacional devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- a) Visita à sede da Lusa de uma delegação chinesa de jornalistas de imprensa financeira para se informar sobre a atividade da Lusa na China e nos países de expressão portuguesa (30 de maio).

- b) Visitas à sede da Lusa de delegações indonésias, chefiadas pelo Embaixador da Indonésia em Lisboa, Albert Matondang, para colherem informações sobre plataformas tecnológicas (19 de setembro e 12 de dezembro).

- c) José Manuel Barroso, ex-presidente da Lusa, cessou funções de Chairman da EPA – European Pressphoto Agency (novembro).

A10 – Atividade associativa

No quadro de um orçamento fortemente restritivo, a Lusa analisou a presença da Agência na área associativa, e, numa lógica de relação custo/benefício, concluiu não haver vantagens que justificassem algumas participações dessa natureza. Decidiu, por isso, renunciar à condição de membro da Confederação de Meios de Comunicação Social, da Câmara de Comércio e Indústria Luso Brasileira, do Clube de Empresários Luso Brasileiros, da Associação Industrial Portuguesa e da Visapress – Gestão de Conteúdos dos Media, CRL.

A11 – Inovação/Modernização

No âmbito da inovação/modernização, a Lusa concluiu com sucesso os projetos CASAM e eMPower cofinanciados pela Comissão Europeia.

Prosseguiu o desenvolvimento do projeto europeu Puzzled-by-Policy, igualmente cofinanciado pela Comissão Europeia, que tem por objetivo a e-democracia, em particular através do alargamento da discussão sobre temas de migração e emigração em todos os países europeus, com o uso de plataformas eletrónicas específicas, e do qual a Lusa é responsável pela disseminação do projeto e dos seus resultados.

A Lusa manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria, para a qual foi eleita como vice-presidente não executivo.

No campo da inovação/modernização registe-se, também, a entrada em produção do novo website da Lusa (abril).

O projeto Europhoto atingiu, no final do ano, a primeira metade da sua concretização, concluindo-se a seleção e iniciando-se o processo de digitalização e enriquecimento de metadados e a sua tradução para a língua inglesa. O Europhoto conduzirá à internacionalização de todo o acervo fotográfico da Lusa através da sua distribuição e comercialização no Europortal, um portal Europeu para a divulgação exclusiva e pesquisa de fotos de Arquivo dos principais provedores fotográficos da Europa – agências de notícias, museus, instituições públicas e arquivos históricos.

A12 – Investimento

O investimento em 2011 atingiu 226 mil euros, o que representou um decréscimo de 21,5% em relação ao período homólogo, sendo essencialmente aplicado no desenvolvimento do sistema de produção e difusão do serviço Lusa e em equipamento multimédia.

A13 – Análise económica e financeira

Situação Económico-financeira

A análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pela Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. no ano de 2011 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 19,8 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de 272 mil euros (+1,4%) relativamente a 2010, resultante, sobretudo, dos seguintes aspetos:

- Aumento de 174 mil euros (+0,9%) nas prestações de serviços, por via do aumento do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e

informativo de interesse público em 2011 e da redução no valor global das outras prestações de serviços (-148 mil euros);

- Decréscimo de 20 mil euros (-22,2%) nos subsídios à exploração;
- Aumento de 36 mil € (+60,1%) nas reversões de dívidas de clientes;
- Acréscimo de 78 mil euros (+39,9%) nos outros rendimentos e ganhos, fundamentalmente por efeito do acerto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público relativo a 2010.

Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 19,6 milhões de euros, refletindo um aumento de 1,1 milhões de euros (+6,2%) em relação ao período homólogo, como resultado das seguintes variações:

- Decréscimo de 230 mil euros (-4,8%) nos fornecimentos e serviços externos, fundamentalmente como resultado das reduções negociadas com fornecedores, e da diminuição registada nos gastos com reportagens, comunicações e rendas das delegações;
- Diminuição de 1,2 milhões de euros (-10,0%) nos gastos com o pessoal, por efeito da aplicação das taxas de redução previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2011 e da suspensão do pagamento do subsídio de férias previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2012;
- Redução de 221 mil euros (-33,9%) nos gastos de depreciação e de amortização, por via dos abates verificados no período em análise e dos investimentos totalmente amortizados em 2010 e 2011;
- Redução de 65 mil euros (-87,3%) nas perdas por imparidade, na rubrica "Ajustamentos de dívidas a receber";
- Acréscimo de 2,8 milhões de euros nas provisões, decorrente da constituição de uma provisão para o processo judicial que a Empresa instaurou contra o Estado Português relativo a IVA de 2001 e 2002, que o Tribunal, em julho de 2011, julgou improcedente, e se encontra em fase de recurso;

- O crescimento de 100 mil euros (+105,1%) nos gastos e perdas de financiamento por efeito do aumento ocorrido nos juros com empréstimos bancários, decorrente do forte agravamento dos spreads.

Resultados

O resultado líquido foi positivo, na ordem de 613 mil euros, por efeito de:

(milhares de euros)			
RESULTADOS	2011	2010	VAR.
Operacionais	377	1.152	-775
Financeiros	-184	-89	-96
Antes de impostos	193	1.063	-870
Líquidos	613	714	-101

Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 15,2 milhões de euros, registou um decréscimo de 1,1 milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2010, explicado sobretudo pela diminuição verificada nos depósitos a prazo.

O capital próprio evidenciou um aumento na ordem de 287 mil euros, devido ao efeito conjugado do resultado líquido do exercício e da distribuição de dividendos.

A diminuição evidenciada pelo passivo, na ordem de 1,4 milhões de euros, é explicada pelo efeito conjugado entre o aumento das provisões e o decréscimo observado no endividamento bancário de curto prazo.

(milhares de euros)			
BALANÇO	2011	2010	VAR.
Ativo não corrente	9.167	8.833	335
Inventários	24	26	-2
Dívidas de terceiros	4.351	4.462	-112
Diferimentos	362	347	15
Caixa e depósitos bancários	1.332	2.704	-1.372
TOTAL DO ACTIVO	15.237	16.373	-1.137
CAPITAL PRÓPRIO	6.681	6.394	287
PASSIVO:	8.556	9.979	-1.423
Passivo não corrente	3.768	323	3.445
Dívidas a terceiros	4.732	9.617	-4.886
Diferimentos	56	39	17
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	15.237	16.373	-1.137

Handwritten signatures and initials:
 cel
 RE
 An
 Lus

Principais indicadores

Indicadores económico-financeiros (Unidade: milhares de euros)	2011	2010	Δ% 11/10
Proveitos operacionais	19.828	19.560	1
EBITDA	808	1.803	-55
Resultado operacional	377	1.152	-67
Resultado líquido	613	714	-14
Resultado líquido por acção (euro)	0,29	0,34	-14
VAB	14.741	14.319	3
Investimento	226	288	-21
Margem EBITDA	4%	9%	- 5 p.p.
Margem Operacional	2%	6%	- 4 p.p.
Margem líquida	3%	4%	- 1 p.p.
VAB / Efectivo médio (euro)	59.680	56.374	6
Activo líquido	15.237	16.373	-7
Capital próprio	6.681	6.394	4
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	9%	11%	- 2 p.p.
Liquidez Geral	127%	78%	+ 49 p.p.
Autonomia Financeira	44%	39%	+ 5 p.p.
Solvabilidade	78%	64%	+ 14 p.p.
Cobertura do imobilizado	114%	76%	+ 38 p.p.
Recursos humanos	2011	2010	Δ% 11/10
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	291	294	-1,02%
Jornalistas	193	198	-2,53%
Assessores	3	3	0,00%
Técnicos Superiores	10	12	-16,67%
Assistentes Administrativos	32	30	6,67%
Assistentes Técnicos	2	2	0,00%
Pessoal de Apoio	5	7	-28,57%
Requisitados e Licenças sem Retribuição	12	8	50,00%
Pré-reformados	34	34	0,00%
Efectivo médio ao serviço	247	254	-2,76%
Produção de notícias	2011	2010	Δ% 11/10
Áudio	14.569	14.852	-1,91%
Conteúdos mistos	23.450	21.313	10,03%
Fotos	43.384	31.021	39,85%
Gráficos	102	172	-40,70%
Notícias texto	142.947	133.364	7,19%
Outros conteúdos texto	4.947	5.698	-13,18%
Vídeos	14.556	13.500	7,82%
SMS	3.084	7.075	-56,41%
Total	247.039	226.995	8,83%

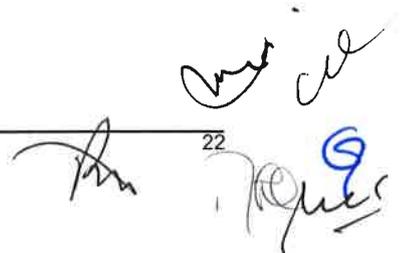
Pendências judiciais

À data de 31 de dezembro de 2011 continuavam pendentes dois processos judiciais da Lusa contra o Estado Português, a saber:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros acrescidos de juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau.
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB o processo de impugnação judicial do IVA 2001 e de 2002, respetivamente, nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros. Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo onde corre termos.

À data de 31 de dezembro de 2011 corria termos no Tribunal de Trabalho de Lisboa o Processo n.º 579/11.1 TTLSB apresentado pelo sindicato dos jornalistas contra a Lusa destinada a obter uma sentença que: (i) declare a ilegalidade dos atos plurais contidos no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2011 (LOE); (ii) declarar a ilicitude das normas dos artigos 19.º, 24.º, 28.º e 31.º da LOE, por estarem feridas de inconstitucionalidade formal e material; (iii) condenar a Lusa

a desaplicar as referidas disposições; (iv) declarar a ilicitude da redução feita nas prestações remuneratórias dos associados do Sindicato dos Jornalistas decididas pela Lusa e, desse modo, ser a Lusa condenada a abster-se de implementar a redução de vencimentos em conformidade com aquelas normas; e (v) ser a Lusa condenada a devolver aos associados do Sindicato dos Jornalistas as verbas que tenha descontado até à decisão da presente ação, acrescidos dos juros de mora que se mostrarem devidos a final.



A14 – Demonstrações financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2011	2010
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	7	1.795.163,87	1.795.163,87
Edifícios e outras construções	7	6.184.410,33	6.355.401,33
Equipamento básico	7	240.589,39	259.476,65
Equipamento de transporte	7	5.015,20	12.144,58
Equipamento administrativo	7	13.738,70	17.444,02
Ferramentas e utensílios	7	100,50	167,50
Novos projetos	7	250.859,68	237.480,73
Outros não especificados	7	4.094,06	4.774,83
Subtotal ativos fixos tangíveis		8.493.971,53	8.682.053,31
Ativos fixos tangíveis em curso	7	46.000,00	64.663,74
Ativos intangíveis			
Trespasse (<i>goodwill</i>)	6	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	6	0,00	0,00
Programas de computador	6	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Subtotal ativos intangíveis		0,00	0,00
Particip. financeiras - método da equiv. patrimonial Sucursal do Brasil		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos			
EPA	8	140.000,14	80.000,14
Visapress	8	0,00	5.000,00
Subtotal participações financeiras - outros métodos		140.000,14	85.000,14
Ativos por impostos diferidos	5	467.477,33	1.099,12
Total do ativo não corrente		9.167.449,00	8.832.818,31
Ativo corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9	23.617,90	26.045,81
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	9	0,00	0,00
Subtotal inventários		23.617,90	26.045,81
Clientes			
Cientes c/c	10	2.183.752,97	2.414.654,36
Cientes - títulos a receber	10	0,00	0,00
Cientes - cobrança duvidosa	10	8.372,48	17.831,45
Subtotal clientes		2.192.125,45	2.432.485,81
Adiantamentos a fornecedores	11	0,00	0,00
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	39.226,40	0,00
Pagamentos por conta	11	0,00	0,00
Retenções efetuadas por terceiros	11	9.904,26	0,00
Imposto a recuperar	11	170.513,86	0,00
IVA		0,00	0,00
Outras contribuições	11	0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		219.644,52	0,00
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber			
Fornecedores c/c	11	173,60	651,24
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	11	0,00	0,00
Pessoal	11	120.893,00	164.794,35
Outros devedores de cobrança duvidosa	11	136,78	136,78
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	1.620.429,45	1.621.760,92
Outros devedores diversos	11	197.229,97	242.582,87
Subtotal outras contas a receber		1.938.862,80	2.029.926,18
Diferimentos			
Gastos a reconhecer	11	362.327,93	347.326,23
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	222.521,30	277.171,04
Outros	4	1.000.000,00	2.350.000,00
Caixa	4	109.973,42	77.289,38
Subtotal caixa e depósitos bancários		1.332.494,72	2.704.460,42
Total do ativo corrente		6.069.073,33	7.540.244,42
TOTAL DO ATIVO		15.236.522,32	16.373.062,73

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2011	2010
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	12	5.325.000,00	5.325.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas			
Reservas legais	12	367.657,47	334.936,31
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	2.4/12	(466.724,36)	(815.972,52)
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de reaval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	1.008.288,31	1.008.288,31
Impostos diferidos	12	(168.274,73)	(172.680,99)
Outras variações no capital próprio			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	2.4/12	1.882,75	902,20
		6.067.829,44	5.680.473,31
Resultado líquido do período		612.977,12	713.587,20
		6.680.806,56	6.394.060,51
Total do capital próprio			
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
	17.3	2.943.641,09	100.000,00
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	625.000,00	0,00
Locações financeiras	15	31.351,92	50.236,89
Subtotal financiamentos obtidos		656.351,92	50.236,89
Passivos por impostos diferidos			
	16	168.274,73	172.680,99
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Total do passivo não corrente		3.768.267,74	322.917,88
Passivo corrente			
Fornecedores			
	14	993.098,55	568.606,52
Adiantamentos de clientes			
		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	0,00	160.142,38
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	248.442,88	267.330,22
IVA	16	932.120,38	874.195,68
Outros impostos (imposto do selo)		0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	16	389.727,50	405.823,77
Tributos das autarquias locais	16	4.655,47	6.809,76
Outras tributações		0,00	0,00
Subtotal Estado e outros entes públicos		1.574.946,23	1.714.301,81
Acionistas/sócios			
	16	0,00	54.464,56
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	13	916.666,68	5.017.291,50
Descobertos bancários		0,00	0,00
Locações financeiras	15	63.592,66	98.938,29
Outros financiadores	13	0,00	0,00
Subtotal financiamentos obtidos		980.259,34	5.116.229,79
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	93.472,94	129.314,34
Credores por acréscimos de gastos	16	942.497,70	1.797.660,45
Pessoal	16	11.276,44	13.246,03
Outros credores diversos	16	136.243,49	223.669,93
Subtotal outras contas a pagar		1.183.490,57	2.163.890,75
Diferimentos			
Rendimentos a reconhecer	16	55.653,32	38.588,90
Total do passivo corrente		4.787.448,01	9.656.082,33
Total do passivo		8.555.715,75	9.979.000,21
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		15.236.522,32	16.373.060,73

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(valores expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	20	15 040 739,84	14 718 605,23
Outras	20	4 346 466,45	4 494 597,16
Subtotal vendas e serviços prestados		19.387.186,29	19.213.202,41
Subsídios à exploração	21	71 460,72	91 891,15
Ganhos/perdas imputados de subsid., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(85 603,26)	(103 890,65)
Fornecimentos e serviços externos	23	(4 560 742,35)	(4 760 343,04)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(109 606,70)	(133 477,08)
Remunerações do pessoal	24	(6 789 220,92)	(9 845 301,52)
Encargos sociais e outros	24	(2 285 794,80)	(2 442 750,98)
Subtotal gastos com o pessoal		(11.184.622,42)	(12.421.529,58)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	17.1	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1	85 166,12	(17 329,11)
Outros devedores		0,00	0,00
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		85.166,12	(17.329,11)
Provisões (aumentos/reduções)	21	(2 843 641,09)	2 171,66
Outros rendimentos e ganhos			
Rendimentos suplementares	21	14 642,76	15 817,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	21	18 069,64	17 691,98
Ganhos em inventários	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsid., assoc. e empreend. conjuntos	21	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações	21	10 445,79	5 033,00
Sinistros	21	2 918,01	2 085,21
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	74 903,81
Excesso de estimativa para impostos	21	0,00	623,36
Descontos	21	52 768,34	33 960,75
Diferenças de câmbio favoráveis	21	22 749,99	21 943,85
Reembolsos diversos	21	19 262,08	9 420,02
Diversos	21	133 581,10	14 958,12
Diferenças de conversão favoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros rendimentos e ganhos		274.437,71	196.237,80
Outros gastos e perdas			
Impostos	21	(122 844,61)	(87 506,20)
Dívidas incobráveis	21	(72 177,47)	0,00
Perdas em inventários	21	0,00	0,00
Gastos e perdas em subs., assoc. e empreend. conjuntos		0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros			
Alienações		0,00	0,00
Sinistros	21	0,00	(46,28)
Abates	21	(11 939,12)	(1 281,94)
Outros		0,00	0,00
Outros			
Correções relativas a exercícios anteriores	21	0,00	(153 587,85)
Donativos		0,00	0,00
Quotizações	21	(9 235,41)	(30 747,40)
Ofertas e amostras de inventários		0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	21	(2 166,73)	(1 253,06)
Perdas em investimentos financeiros		0,00	0,00
Despesas não documentadas	21	(685,80)	(438,88)
Outros não especificados			
Serviços bancários	21	(70 920,57)	(58 141,63)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	(25 546,86)	(12 448,00)
Subsídios de alimentação de estagiários	21	0,00	0,00
Multas e penalidades	21	(11 438,44)	(7 069,98)
Diversos	21	(8 814,05)	(14 737,88)
Diferenças de conversão desfavoráveis		0,00	0,00
Subtotal outros gastos e perdas		(335.769,06)	(367.258,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		807.872,67	1.603.151,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	21	(430 607,34)	(651 156,97)
Ativos intangíveis	21	0,00	0,00
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(430.607,34)	(651.156,97)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		377.265,33	1.151.994,58
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	11 287,74	6 406,94
Outros	25	377,48	482,88
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		11.665,22	6.889,82
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Curto prazo	25	(113 536,39)	(25 432,08)
Médio e longo prazo	25	(78 445,55)	(66 183,40)
Com leasing	25	(3 953,26)	(3 931,80)
Com outros financiamentos	25	(0,11)	(1,25)
Subtotal juros e gastos similares suportados		(195.935,31)	(95.548,53)
Resultado antes de impostos		192.995,24	1.063.335,87
Imposto sobre o rendimento do período	5	410 981,88	(349 746,67)
Resultado líquido do período		612.977,12	713.587,20

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração

Leonor F. da Silva

Henrique Silva

Calisto Tanzi
Maria Inês
Maria Inês

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	20	19.387.186,29	19.213.202,41
Custos das vendas e dos serviços prestados		(10.611.722,88)	(11.720.348,70)
Resultado bruto		8.775.463,42	7.492.853,71
Outros rendimentos	21	440.491,10	347.206,91
Gastos de distribuição		(592.044,44)	(568.551,87)
Gastos administrativos		(3.065.741,89)	(3.346.982,71)
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		(5.180.902,86)	(2.772.531,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		377.265,33	1.151.994,58
Gastos de financiamento (líquidos)	25	(184.270,09)	(88.658,71)
Resultado antes de impostos		192.995,24	1.063.335,87
Imposto sobre o rendimento do período	5	419.981,88	(349.748,67)
Resultado líquido do período		612.977,12	713.587,20
Resultados por ação	26	0,29	0,34

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2010</u>		5.325.000,00	311.621,00	831.201,06	1.267.956,65	886,07	465.420,11	8.202.084,89
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	902,20	-	902,20
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	(2.289.360,69)	-	59.163,96	(2.230.196,73)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	4.406,26	(4.406,26)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	23.315,31	-	442.900,67	(886,07)	(465.420,11)	-
		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	(582.810,43)	902,20	59.163,96	5.972.790,36
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	654.423,24	654.423,24
Resultado integral		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	(582.810,43)	902,20	713.587,20	6.627.213,60
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	(233.153,09)	-	-	(233.153,09)
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	(233.153,09)	-	-	(233.153,09)
<u>Saldo em 31/12/2010</u>		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	(815.972,52)	902,20	713.587,20	6.394.080,51

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(valores expressos em euros)

Descrição	Notas	Capital	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<u>Saldo em 01 de Janeiro de 2011</u>		5.325.000,00	334.936,31	835.607,32	(815.972,52)	902,20	713.587,20	6.394.080,51
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	980,55	-	980,55
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	59.163,96	-	(59.163,96)	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	4.406,26	(4.406,26)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	32.721,16	-	294.490,46	-	(327.211,62)	(0,00)
		5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	327.211,62	6.395.041,06
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	612.977,12	612.977,12
Resultado integral		5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	940.188,74	7.008.018,16
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	(327.211,62)	(327.211,62)
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	(327.211,62)	(327.211,62)
<u>Saldo em 31/12/2011</u>		5.325.000,00	367.657,47	840.013,58	(466.724,36)	1.882,75	612.977,12	6.680.606,56

A Técnica Oficial de Contas,

Leobal M.F.R.F. Damon do Silveira

O Conselho de Administração,

Henrique Ziller

António Cunha

António Cunha

Colocação

António Cunha

Miguel Augusto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2011	2010
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	19.706.612,82	18.908.413,92
Pagamentos a fornecedores	14	(4.346.847,03)	(4.553.796,83)
Pagamentos ao pessoal	16	(11.927.365,51)	(12.456.760,53)
Fluxos gerados pelas operações		3.432.400,29	1.897.856,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	16	(290.447,11)	(387.311,01)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	11/16	(104.394,52)	164.867,99
Fluxos das Atividades Operacionais (1)		3.037.558,66	1.675.413,54
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis	7	2.473,22	51.121,91
Ativos intangíveis		-	-
Juros e rendimentos similares	25	11.665,22	6.889,82
Dividendos		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	8	(60.000,00)	-
Ativos fixos tangíveis	7	(257.176,44)	(256.800,86)
Ativos intangíveis		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Atividades de Investimento (2)		(303.037,99)	(198.789,13)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	13	2.000.000,00	-
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		-	-
Subsídios e doações		-	-
Venda de ações (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(5.475.624,82)	(390.406,94)
Amortização de contratos de locação financeira	15	(54.230,60)	(12.352,57)
Juros e gastos similares	25	(195.935,31)	(95.548,53)
Dividendos		(381.676,18)	(178.688,53)
Redução de capital e prestações suplementares		-	-
Aquisição de acções (quotas) próprias		-	-
Outros		-	-
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)		(4.107.466,91)	(676.996,57)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.372.946,25)	799.627,84
Efeito das diferenças de câmbio		980,55	902,20
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.704.460,42	1.903.930,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.332.494,72	2.704.460,42

A Técnica Oficial de Contas,

O Conselho de Administração,

Leonor F. F. Sousa do Silva

Henrique M. ...
... ..
... ..
... ..

M. M. ...
... ..
... ..

B – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO 2011

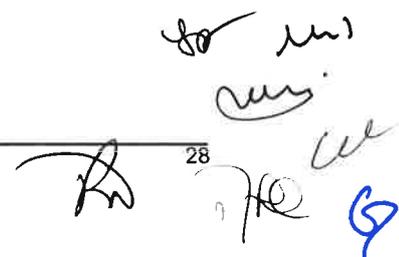
1. Introdução

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, na rua Dr. João Couto – Lote C, constituída em 31 de julho de 1997.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

Em 31 de julho de 2007, a Empresa celebrou com o Estado Português um contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público, mediante o qual assumiu um conjunto de obrigações, nomeadamente quanto à manutenção de um determinado número de delegações, e é determinada a fórmula de remuneração da Empresa, através de um montante a ser pago pelo Estado, trimestralmente, em função dos serviços prestados pela Empresa ao abrigo do referido contrato.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2011, são apresentadas em base individual.



Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra, nas suas demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

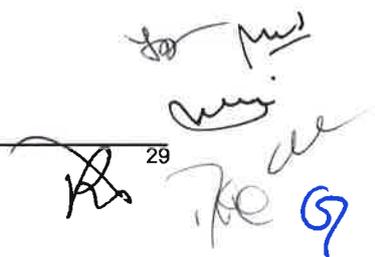
As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros, com arredondamento ao cêntimo, e foram aprovadas pelo Conselho de Administração na sua reunião de 16 de fevereiro, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas. Contudo, as demonstrações financeiras estão ainda dependentes da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de assembleia-geral

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A adoção das NCRF nas contas ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para esse normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o



disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (Nota 2.4.).

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Comparabilidade

As demonstrações financeiras anexas não se encontram afetadas por qualquer aspeto material suscetível de afetar a sua comparabilidade com o exercício anterior, tendo em atenção a reexpressão de alguns saldos de abertura, conforme mencionada no ponto seguinte.

2.4. Adoção das NCRF

À data da aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração encontram-se em vigor as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações e alterações subseqüentes.

A Empresa adotou as NCRF pela primeira vez, no exercício de 2010, na preparação das demonstrações financeiras, aplicando para o efeito a NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, sendo 1 de janeiro de 2009 a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras.

No presente exercício, a Empresa alterou a política contabilística adotada relativamente ao reconhecimento e valorização do arquivo de imagem, conforme referido em 3.1.3., tendo desreconhecido, de forma retrospectiva, o ativo anteriormente evidenciado nas demonstrações financeiras.

O detalhe dos efeitos da reexpressão efetuada é o seguinte:

Efeito da reexpressão no Balanço	Saldo inicial	Ajustamento	Saldo reexpresso
Ativo			
Sub-produtos, desperdícios, resíduos e refugos	2.230.196,73	-2.230.196,73	0,00
Capitais Próprios			
Resultados transitados	1.473.388,17	-2.289.360,69	-815.972,52
Ajustamento da regularização do ativo	-2.230.196,73		
Resultado Líquido de 2010	654.423,24	59.163,96	713.587,20
Efeito da reexpressão na Demonstração de Resultados de 2010	Saldo inicial	Ajustamento	Saldo reexpresso
Imparidade de inventários	59.163,96	-59.163,96	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.743.987,59	59.163,96	1.803.151,55
Resultado operacional	1.092.830,62	59.163,96	1.151.994,58
Resultado antes de impostos	1.004.171,91	59.163,96	1.063.335,87
Resultado líquido	654.423,24	59.163,96	713.587,20

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa:

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Exceto no que se refere ao “Edifício Lusa”, sito em Lisboa, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do ativo, líquido de depreciações acumuladas, de 1.051.067,42 euros e uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Como resultado das reavaliações efetuadas (Nota 7), as amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em 612.797 euros (Nota 7).

3.1.2. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.1.3. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos referem-se ao arquivo de imagem adquirido, em 1997, à Agência Lusa de Informação – CIPRL e cujo valor foi determinado naquela data com base numa avaliação do seu valor de mercado. Após aquela data, e até 31 de dezembro de 2003, as entradas no arquivo foram valorizadas com base no valor da receita futura estimada, e que correspondeu a um valor unitário de, aproximadamente, 1,20 euros.

As perdas por imparidade reconhecidas em cada exercício, correspondem a 2% do valor do arquivo de imagem existente no início desse mesmo exercício, conforme recomendado na avaliação supra referida.

Em 2011, a Empresa procedeu ao desreconhecimento do arquivo de imagem, por ser seu entendimento não existirem expectativas de gerar benefícios económicos futuros. Esta medida teve como consequência

uma variação patrimonial negativa não refletida nos resultados, no montante de 2.230.197 euros.

3.1.4. Instrumentos financeiros

3.1.4.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.4.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.

3.1.4.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os outros classificados como passivos não correntes.

3.1.4.4. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.5. Imparidade de dívidas a receber

Foi constituído um ajustamento para cobranças duvidosas de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na cobrança das contas a receber.

3.1.6. Especialização dos exercícios

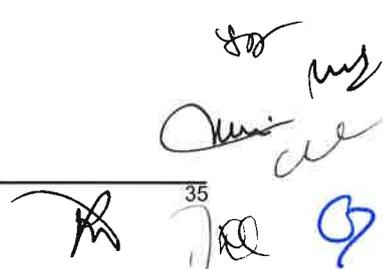
Os rendimentos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são determinados com base em estimativas e registados nas respetivas contas de acréscimos.

3.1.7. Subsídios

Tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22, a Empresa apenas reconhece os subsídios nas suas demonstrações financeiras quando recebidos ou após existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.



3.1.8. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expetáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.

A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.9. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das

diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

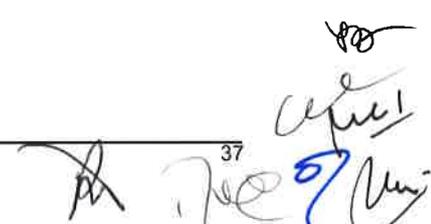
3.1.10. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e



iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, temos que as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2011	2010
Janeiro	0,4470073	0,3939645
Fevereiro	0,4392708	0,3962436
Março	0,4306632	0,4126604
Abril	0,4368911	0,4246285
Maió	0,4323203	0,4395604
Junho	0,4376368	0,4533708
Julho	0,4478481	0,4424779
Agosto	0,4369102	0,4407034
Setembro	0,4176063	0,444919
Outubro	0,4109139	0,4277526
Novembro	0,4130525	0,4275149
Dezembro	0,4136505	0,4466878
Taxa de fecho	0,4136505	0,4466878
Taxa média do ano	0,4303142	0,429207

3.1.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos judiciais em curso e os seus montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade.

3.1.12. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota. Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é exetável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza:	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa (dinheiro em caixa)	109.973,42	77.289,38
Depósitos à ordem	222.521,30	277.171,04
Depósitos a prazo	1.000.000,00	2.350.000,00
Total de caixa e seus equivalentes	1.332.494,72	2.704.460,42

Handwritten signatures and initials:
Top right: *Ho*
Middle right: *Mui*
Bottom right: *9*
Bottom center: *João*

5. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, desde o exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria coletável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, inferior a 2.000.000 euros, não há lugar à aplicação da derrama estadual de 2,5% sobre o valor do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento fiscal adotado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração Fiscal, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a

lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de dezembro de 2011 os prejuízos fiscais ascendiam a 1.945.513 euros, reportáveis até ao exercício de 2015.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo que a Empresa instaurou contra o Estado Português e que o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, julgou improcedente, encontra-se em fase de recurso. Para acautelar esta contingência, foi constituída provisão em dezembro de 2011.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.9, o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25. Na mensuração do custo de imposto, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida diretriz, são apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expetável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	192.995,24
Taxa nominal de imposto (i)	-

Débito de imposto esperado	49.581,24
Diferenças permanentes (ii)	(540.365,71)
Ajustamentos à coleta (iii)	70.802,59

Imposto sobre o rendimento do exercício	(419.981,88)
	=====
Imposto corrente (Nota 16)	70.802,59
Imposto diferido gerado no exercício	(490.784,47)

	(419.981,88)
	=====
(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC, à taxa normal. Deste modo, a partir do exercício de 2009 e até ao limite de 12.500 euros de matéria coletável, aplica-se a taxa de 12,5% e ao excedente aplica-se a taxa de 25%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal.	
(ii) Em 31 de dezembro de 2011, este montante tinha a seguinte composição:	
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido	728.003,70
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido	(2.958.200,43)
Multas e outras penalidades	11.438,44
Outras situações líquidas	179.642,41

	(2.039.115,88)
Taxa nominal de imposto	26,5%

	(540.365,71)
	=====

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.




b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	-	486.378,21	486.378,21
Provisões não aceites fiscalmente	1.099,12	-	1.099,12
	<u>1.099,12</u>	<u>486.378,21</u>	<u>487.477,33</u>
Impostos diferidos passivos:			
Reservas de reavaliação	172.680,99	(4.406,26)	168.274,73

6. Ativos intangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi efetuado o desreconhecimento das despesas de instalação, bem como das respetivas depreciações acumuladas, no montante de 212.473 euros, as quais, de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis, não são reconhecidas como ativos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2011	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.795.163,67	8.180.349,15	4.575.506,30	283.951,69	7.586,60	498.824,51	2.638.730,53	64.663,74	18.044.776,19
Aquisições	-	-	90.652,83	-	-	7.253,71	82.428,51	46.000,00	226.335,05
Transferências e abates	-	-	(180.568,77)	-	-	(21.608,77)	47.013,73	(64.663,74)	(219.827,55)
Alienações	-	-	-	(14.849,92)	-	-	-	-	(14.849,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.795.163,67</u>	<u>8.180.349,15</u>	<u>4.485.590,36</u>	<u>269.101,77</u>	<u>7.586,60</u>	<u>484.469,45</u>	<u>2.768.172,77</u>	<u>46.000,00</u>	<u>18.036.433,77</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(1.824.947,82)	(4.316.029,65)	(271.807,11)	(7.419,10)	(481.380,48)	(2.396.474,97)	-	(9.298.059,14)
Reforços	-	(170.991,00)	(116.199,30)	(7.129,38)	(67,00)	(10.243,81)	(125.976,85)	-	(430.607,34)
Regularizações por alienações e abates	-	-	187.227,98	14.849,92	-	20.893,55	9.232,79	-	232.204,24
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	<u>(1.995.938,82)</u>	<u>(4.245.000,97)</u>	<u>(264.086,57)</u>	<u>(7.486,10)</u>	<u>(470.730,74)</u>	<u>(2.513.219,03)</u>	-	<u>(9.496.462,24)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>1.795.163,67</u>	<u>6.184.410,33</u>	<u>240.589,39</u>	<u>5.015,20</u>	<u>100,50</u>	<u>13.738,70</u>	<u>254.953,74</u>	<u>46.000,00</u>	<u>8.539.971,53</u>

O aumento das rubricas “Equipamento básico” e “Outros ativos fixos tangíveis” decorreu, essencialmente, dos desenvolvimentos realizados no sistema de produção da redação e da aquisição de equipamentos no âmbito do projeto “multimédia” (Kits de som e imagem e laptops).

31 de dezembro de 2010	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.795.163,67	8.180.349,15	4.475.822,51	313.879,56	7.332,60	494.400,23	2.523.965,74	12.000,00	17.802.913,46
Aquisições	-	-	94.112,74	-	254,00	11.279,68	117.999,26	64.663,74	288.309,42
Transferências e abates	-	-	5.571,05	-	-	(6.855,40)	(3.234,47)	(12.000,00)	(16.518,82)
Alienações	-	-	-	(29.927,87)	-	-	-	-	(29.927,87)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>1.795.163,67</u>	<u>8.180.349,15</u>	<u>4.575.506,30</u>	<u>283.951,69</u>	<u>7.586,60</u>	<u>498.624,51</u>	<u>2.638.730,53</u>	<u>64.663,74</u>	<u>18.044.776,19</u>
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade									
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(1.653.956,82)	(4.178.763,83)	(267.185,31)	(7.098,10)	(475.581,80)	(2.087.747,60)	-	(8.690.333,46)
Reforços	-	(170.991,00)	(143.176,78)	(14.549,67)	(321,00)	(11.966,26)	(310.179,00)	-	(651.183,71)
Regularizações por alienações e abates	-	-	5.910,96	29.927,87	-	6.167,58	1.451,63	-	43.458,04
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>-</u>	<u>(1.824.947,82)</u>	<u>(4.316.029,65)</u>	<u>(271.807,11)</u>	<u>(7.419,10)</u>	<u>(481.380,48)</u>	<u>(2.396.474,97)</u>	<u>-</u>	<u>(9.298.059,14)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2010	<u>1.795.163,67</u>	<u>6.355.401,33</u>	<u>259.476,65</u>	<u>12.144,58</u>	<u>167,50</u>	<u>17.444,03</u>	<u>242.255,56</u>	<u>64.663,74</u>	<u>8.746.717,05</u>

O aumento das rubricas “Equipamento básico” e “Outros ativos fixos tangíveis” resultou da aquisição de equipamentos no âmbito do projeto “multimédia” e de desenvolvimentos adicionais nos sistemas de produção e distribuição.

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.1.1) e respetivas benfeitorias das frações do “Edifício Lusa” que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património de 25 de novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias

realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangíveis e correspondente reavaliação em 31 de dezembro de 2011, líquidos de depreciações acumuladas, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico reavaliado
Terrenos e recursos naturais	1.575.465,64	219.698,03	1.795.163,67
Edifícios e outras construções	5.571.613,01	612.797,32	6.184.410,33
	<u>7.147.078,65</u>	<u>832.495,35</u>	<u>7.979.574,00</u>

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.1.1), as depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aumentadas em 16.627 euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Adicionalmente, as depreciações de exercícios futuros serão aumentadas em 612.797 euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

8. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, registaram os seguintes movimentos:

31 de dezembro de 2011

Saldo em 31 de dezembro de 2010 (a)
 Aquisição de ações da EPA (b)
 Desistência da condição de cooperante da Visapress
 Saldo em 31 de dezembro de 2011

Investimentos em outras empresas
85.000,14
60.000,00
(5.000,00)
<u>140.000,14</u>

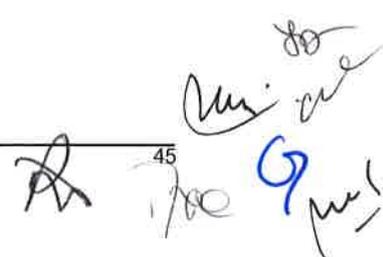
(a) Participações no capital social da EPA e da Visapress.

(b) Em dezembro de 2011, a Lusa acompanhou o aumento de capital da EPA tendo adquirido três ações no valor nominal de 20 mil euros cada.

31 de dezembro de 2010

Saldo em 31 de dezembro de 2009
 Saldo em 31 de dezembro de 2010

Investimentos em outras empresas
80.000,14
<u>85.000,14</u>



A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de € 20.000 (vinte mil euros) cada, que representam 1,89% do respetivo capital social e encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

A Visapress é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de cooperativa, para efetuar a gestão coletiva dos direitos de autor de proprietários de jornais, de publicações periódicas e de outros titulares de direitos de autor, relativamente a quaisquer obras ou conteúdos editoriais, independentemente do seu suporte. Em 2011, a Empresa entendeu desvincular-se dessa cooperativa.

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo tinha o seguinte detalhe:

Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2011	2010
Existências iniciais	26.045,81	24.155,05
Compras	83.175,35	105.781,41
Consumos	(85.603,26)	(103.890,65)
Ajustamentos	-	-
Existências finais	23.617,90	26.045,81

Relativamente aos subprodutos, tal como referido em 2.4. e 3.1.3., a Empresa alterou a política contabilística adotada relativamente ao reconhecimento e valorização do arquivo de imagem, tendo desreconhecido, de forma retrospectiva, o ativo anteriormente evidenciado nas demonstrações financeiras.



10. Clientes e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2011			2010		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	2.183.752,97	-	2.183.752,97	2.414.654,36	-	2.414.654,36
Clientes - cobrança duvidosa	1.128.384,80	(1.120.012,32)	8.372,48	1.223.009,89	(1.205.178,44)	17.831,45
	<u>3.312.137,77</u>	<u>(1.120.012,32)</u>	<u>2.192.125,45</u>	<u>3.637.664,25</u>	<u>(1.205.178,44)</u>	<u>2.432.485,81</u>

11. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2011	2010
<u>Outros ativos não correntes:</u>		
Ativos por impostos diferidos	487.477,33	1.099,12
<u>Outros ativos correntes:</u>		
Adiantamentos a fornecedores	-	-
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	219.644,52	-
Fornecedores c/c	173,60	651,24
Fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	-	-
Pessoal	120.893,00	164.794,35
Outros devedores de cobrança duvidosa	136,78	136,78
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Dili, Macau e Pequim (b)	1.629.204,45	1.629.204,45
Outros	(8.775,00)	(7.443,53)
Outros devedores diversos	197.229,97	242.582,87
Gastos a reconhecer	362.327,93	347.326,23
	<u>3.008.312,58</u>	<u>2.378.351,51</u>
(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:		
Pagamentos especiais por conta	39.226,40	
Retenções na fonte	9.904,26	
Imposto a recuperar	170.513,86	
	<u>219.644,52</u>	

(b) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Dili, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício n° 1530/00 de 31 de outubro de 2000 do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social, e como se evidencia em "Pendências Judiciais" alínea a), a páginas 21 deste relatório.

12. Capital próprio

Composição do Capital: Em 31 de dezembro de 2011, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de 2,5 euros, cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital: As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital em 31 de dezembro de 2011:

Nome	%	Montante
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	50,14	2.670.000,00
CONTROLINVESTE MEDIA SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

Reserva legal: a legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis: No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do ativo, líquido de depreciações acumuladas, de 1.051.067,42 euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo das dívidas a instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	2011		2010	
	Valor de balanço			
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Banco BPI, S.A. (a)	750.000,00	375.000,00	-	-
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (b)	166.666,68	250.000,00	-	-
Banco BPI, S.A. (c)	-	-	5.000.000,00	-
Banco BPI, S.A. (d)	-	-	17.291,50	-
	<u>916.666,68</u>	<u>625.000,00</u>	<u>5.017.291,50</u>	<u>0,00</u>

- (a) Empréstimo contraído pela Empresa junto do banco BPI, S.A. para refinanciamento de investimentos. Em 31 de dezembro de 2011, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 6% e será reembolsado em seis prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2012 e a última em junho de 2013.

Em resultado da contratação deste empréstimo a Empresa assumiu a obrigação de não constituir, nem permitir ou contribuir para que sejam constituídas, a favor de Terceiros, sem prévia autorização escrita do Banco, qualquer garantia ou quaisquer outros ónus ou encargos sobre outros bens ou rendimentos que façam ou venham a fazer parte do seu património.

- (b) Empréstimo contraído pela Empresa junto do Banco Nacional Ultramarino, S.A., com sede em Macau, para a gestão corrente dos negócios. Em 31 de dezembro de 2011, este empréstimo vencia juros postecipados trimestrais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1,5% e será reembolsado em dez prestações trimestrais iguais, vencendo-se a primeira em março de 2012 e a última em junho de 2014.

Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Empresa constituiu uma hipoteca do imóvel que detém em Macau.

- (c) Empréstimo contraído pela Empresa junto do banco BPI, S.A. para financiamento do plano de investimentos e consolidação da dívida junto do sistema financeiro nacional. Em 31 de dezembro de 2010 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a um mês acrescida de uma margem de 0,7% e foi reembolsado integralmente numa única prestação em março de 2011.

- (d) Empréstimo contraído pela Empresa junto do banco BPI, S.A. para financiamento das obras de remodelação de três pisos no edifício da sede. Em 31 de dezembro de 2010 este empréstimo vencia juros postecipados mensais a uma taxa correspondente à Euribor a três meses acrescida de uma margem de 1% e foi reembolsado integralmente em duas prestações mensais iguais que se venceram em janeiro e fevereiro de 2011.

Para além dos empréstimos anteriormente descritos, a Empresa contratou com o Banco BPI S.A. uma conta corrente caucionada que vence juros calculados a taxas normais de mercado, para operações similares com o montante de até

[Handwritten signatures and initials]

3.500.000 euros, renovável por períodos de 3 meses. É convicção do Conselho de Administração que esta linha de crédito continuará a ser renovada no futuro.

14. Fornecedores e contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2011	2010
Fornecedores	993.098,55	568.606,52
Fornecedores de investimentos	93.472,94	129.314,34
	<u>1.086.571,49</u>	<u>697.920,86</u>

15. Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira de 94.944,58 euros, que se vencem como se segue:

	Capital	Juros	Total
2012	<u>63.592,66</u>	<u>2.840,57</u>	<u>66.433,23</u>
2013	21.092,19	1.164,43	22.256,62
2014	<u>10.259,73</u>	<u>188,48</u>	<u>10.448,21</u>
	<u>31.351,92</u>	<u>1.352,91</u>	<u>32.704,83</u>
	<u>94.944,58</u>	<u>4.193,48</u>	<u>99.138,06</u>

16. Outros passivos não correntes e correntes

	2011	2010
<u>Outros passivos não correntes:</u>		
Passivos por impostos diferidos	<u>168.274,73</u>	<u>172.680,99</u>
<u>Outros passivos correntes:</u>		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	-	160.142,38
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	248.442,88	267.330,22
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	932.120,38	874.195,68
Contribuições para a segurança social	389.727,50	405.823,77
Tributos das autarquias locais	4.655,47	6.809,76
Acionistas/sócios	-	54.464,56
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	780.118,99	1.529.976,64
Outros acréscimos de gastos:	162.378,71	267.683,81
Pessoal	11.276,44	13.246,03
Outros credores diversos	136.243,49	223.669,93
Rendimentos a reconhecer	55.653,32	38.588,90
	<u>2.720.617,19</u>	<u>3.841.931,68</u>

17. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas de imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas:

31 de dezembro de 2011:

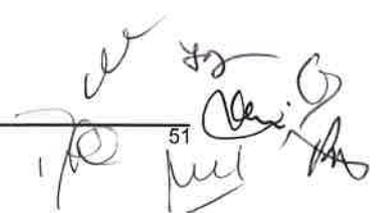
	Perdas de imparidade em inventários (Notas 3.1.3 e 9)	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.5)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(1.205.466,04)
Reforços	-	(9.426,55)
Anulação/regularização	-	94.592,67
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	(1.120.299,92)

31 de dezembro de 2010:

	Perdas de imparidade em inventários (Notas 3.1.3 e 9)	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.5)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(668.839,74)	(1.188.136,93)
Reforços	(59.163,96)	(74.235,61)
Anulação/regularização	728.003,70	56.906,50
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(1.205.466,04)

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011 encontram-se a decorrer diversas ações interpostas por terceiros contra a Empresa, no valor total de 130.001 euros cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 (Nota 17.3).



Em 31 de dezembro decorriam duas ações interpostas pela empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400,05 euros, e a exercer a impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, respetivamente nos valores de 1.319.895,92 euros e de 1.281.494,08 euros, nos termos descritos em “Pendências Judiciais” a páginas 21 deste relatório.

17.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

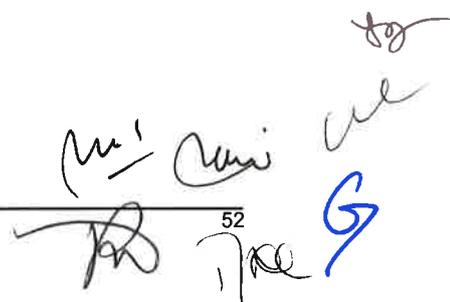
31 de dezembro de 2011:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	100.000,00	2.843.641,09	-	2.943.641,09

31 de dezembro de 2010:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	109.975,96	-	(9.975,96)	100.000,00

A provisão registada na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destina-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho e no Supremo Tribunal Administrativo (processo judicial do IVA de 2001 e 2002), e foi determinada com base no julgamento que deles fez o Conselho de Administração e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.



18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	29.864,85
Direção-Geral dos Impostos (a)	<u>3.710.950,00</u>
	<u><u>3.740.814,85</u></u>

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 5 e Notas 17.2. e 17.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.4.3 e Nota 13) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por uma hipoteca.

19. Instrumentos financeiros

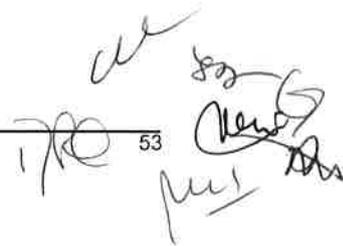
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Ativos financeiros:</u>		
Contas a receber de terceiros	4.350.632,77	4.462.411,97
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.4.2 e Nota 4)	<u>1.332.494,72</u>	<u>2.704.460,42</u>
	<u><u>5.683.127,49</u></u>	<u><u>7.166.872,39</u></u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos	(1.541.666,68)	(5.017.291,50)
Locações financeiras	(94.944,58)	(149.175,18)
Contas a pagar a terceiros	<u>(3.751.535,35)</u>	<u>(4.501.263,64)</u>
	<u><u>(5.388.146,61)</u></u>	<u><u>(9.667.730,32)</u></u>

20. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as prestações de serviços foram como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mercado nacional	18.940.218,04	18.769.554,48
Mercado externo	<u>446.968,25</u>	<u>443.647,93</u>
	<u><u>19.387.186,29</u></u>	<u><u>19.213.202,41</u></u>



21. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2011	2010
Subsídios à exploração	71.460,72	91.891,15
Reversões de ajustamentos (Nota 17.1)	94.592,67	56.906,50
Reversões de provisões	-	2.171,66
Rendimentos suplementares	14.642,76	15.617,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	18.069,64	17.691,98
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	13.363,80	7.118,21
Outros rendimentos e ganhos operacionais	228.361,51	155.809,65
	<u>440.491,10</u>	<u>347.206,91</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2011	2010
Perdas por imparidade	9.426,55	74.235,61
Provisões (Nota 17.3.)	2.843.641,09	-
Impostos	122.844,61	87.506,20
Dívidas incobráveis	72.177,47	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	11.939,12	1.328,22
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas operacionais	128.807,86	278.424,47
Gastos de depreciação e de amortização	430.607,34	651.156,97
	<u>3.619.444,04</u>	<u>1.092.651,47</u>

22. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi como segue:

	2011	2010
<u>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:</u>		
Material de telefax	-	174,01
Material de fotografia	-	-
Material de informática	3.326,13	4.475,48
Material de fotocópia	2.041,27	2.026,97
Material de escritório	4.126,18	5.292,55
Material de limpeza, higiene e conforto	5.112,31	5.853,14
Livros, jornais e outras publicações	69.462,12	84.341,34
Outros materiais	1.535,25	1.727,17
	<u>85.603,26</u>	<u>103.890,65</u>

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	623.684,81	665.307,88
Publicidade e propaganda	10.790,92	17.724,99
Vigilância e segurança	92.570,65	94.062,07
Honorários	169.497,93	158.020,61
Conservação e Reparação	262.665,11	315.220,72
Serviço de agências noticiosas	322.333,73	338.011,33
Energia e fluidos	279.376,96	282.853,82
Deslocações, estadas e transportes	385.632,13	400.325,69
Rendas e alugueres	578.939,43	618.260,49
Comunicação	557.820,11	654.955,56
Seguros	53.533,64	58.920,43
Limpeza, higiene e conforto	113.717,48	115.270,90
Correspondentes e colaboradores	1.024.853,10	973.800,35
Outros	85.326,35	97.608,20
	<u>4.560.742,35</u>	<u>4.790.343,04</u>

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os gastos com o pessoal foram como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações dos órgãos sociais	109.606,70	133.477,08
Remunerações do pessoal	8.789.220,92	9.845.301,52
Encargos sobre remunerações	1.727.137,98	1.959.140,29
Indemnizações	252.644,29	152.726,54
Outros custos com o pessoal	306.012,53	330.884,15
	<u>11.184.622,42</u>	<u>12.421.529,58</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número médio de pessoal ao serviço foi de 247 e 254, respetivamente.

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Juros e gastos similares suportados:</u>		
Com empréstimos bancários	(191.981,94)	(91.615,48)
Com leasing	(3.953,26)	(3.931,80)
Com outros financiamentos	(0,11)	(1,25)
	<u>(195.935,31)</u>	<u>(95.548,53)</u>
<u>Juros e rendimentos similares obtidos:</u>		
De depósitos	11.287,74	6.406,94
Outros	377,48	482,88
	<u>11.665,22</u>	<u>6.889,82</u>
Resultados financeiros	<u>(184.270,09)</u>	<u>(88.658,71)</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Muel', 'Ami', and 'G'.

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o resultado por ação foi como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Número de ações	2.130.000,00	2.130.000,00
Resultado líquido	612.977,12	713.587,20
Resultado por ação	0,29	0,34

27. Eventos subsequentes

No entendimento do Conselho de Administração não ocorreram, entre a data de balanço e 16 de fevereiro de 2011, considerada como a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das demonstrações financeiras, quaisquer eventos que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

Do mesmo modo, no entendimento do Conselho de Administração, não ocorreram após a data de balanço quaisquer eventos suscetíveis de proporcionar informação adicional justificativa da sua divulgação no presente Anexo.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

Isabel M. F. D. Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Henrique Ziller

Gonçalo Curto

Paulo

Coluna

Luís

C – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

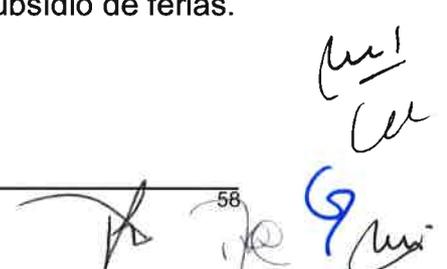
A circunstância de o Estado deter a maioria do capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e pese embora dois dos maiores grupos privados de media nacionais integrarem o quadro de referência acionista da Agência, torna a Lusa parte do Sector Empresarial do Estado.

Como parte integrante do Sector Empresarial do Estado, e em virtude do necessário esforço de consolidação das finanças públicas e dos compromissos assumidos por Portugal, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, com a União Europeia, Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, a Lusa está vinculada a legislação específica e a orientações estratégicas definidas pelo Estado, seu acionista principal, e pelas normas legais aplicáveis à generalidade das empresas públicas, designadamente as constantes da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012.

Acresce que a operação da Lusa depende, fundamentalmente, do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público Celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. em 31 de julho de 2007, que representa cerca de 76 % das receitas.

O contrato de prestação de serviços celebrado com o Estado, em 31 de julho de 2007, termina em 31 de dezembro de 2012, sendo expetável que, em 1 de julho de 2012, se inicie o período de negociações para a sua renovação.

Não obstante a grave crise sistémica resultante do alastramento da crise soberana num contexto de fragilidade do sistema bancário e da subsequente conjuntura económica fortemente recessiva, a operação da Lusa regista, no final de 2011, um resultado líquido positivo em grande medida devido à redução dos salários dos trabalhadores, por força da aplicação do artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e por efeito da Lei do Orçamento de Estado para 2012 que impõe a suspensão do pagamento do subsídio de férias.



Importa lembrar que está, ainda, pendente de decisão a ação judicial intentada pelo Sindicato dos Trabalhadores que contesta a aplicação à Lusa das normas relativas às reduções salariais, o que poderá vir a reflectir-se na situação evidenciada.

A tendência registada em 2011 manter-se-á em 2012 estimando-se que os resultados sejam também influenciados pelos mesmos fatores, a que acresce a suspensão do pagamento do subsídio de natal.

Este ciclo de resultados da Lusa estará, porém, ameaçado já em 2013 quando se verificar a renovação do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado, tendo em conta que é naturalmente expetável que o valor do contrato seja objeto de uma redução.

Neste quadro, agravado pela impossibilidade de acesso ao financiamento bancário a que a Lusa está sujeita à semelhança do que se passa com todas as empresas do Sector Empresarial do Estado, elementar juízo prudencial aconselha a que a Lusa reforce os seus níveis de capitalização e de liquidez a fim que de, prosseguindo os esforços de redução de custos, possa fazer face às despesas de reorganização da empresa e assegurar a estabilidade financeira para os exercícios futuros.

Considerando o que acima fica exposto, para o resultado líquido do exercício de 2011, no montante de 612.977,12 euros, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- a) Nos termos do n.º 1 do art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 30.648,86 euros para Reservas Legais;
- b) A transferência de 582.328,26 euros para Resultados Transitados.

D – RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, o Conselho de Administração presta informação dos aspetos mais relevantes relativos ao Governo da Sociedade, conformes com as orientações emanadas da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

D1 – Missão, objetivos e políticas da empresa

O principal ativo da Lusa é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A Agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida, e pauta a sua atividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objetivos estratégicos de curto e médio prazo estão delineados e têm sido concretizados.

Visão – A Lusa afirma a sua importância nacional e internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Missão – A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de caráter público e privado) e a disponibilização, contratada com o

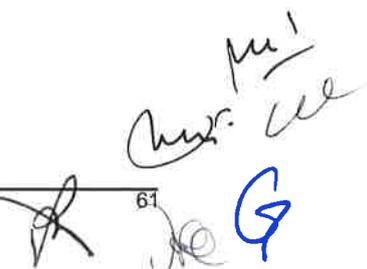
Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

Valores – Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; isenção – autonomia, distanciamento e independência perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempestividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, e de acordo com o Código de Ética, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

Posicionamento – O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua atividade.

- Vantagens comparativas: a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o facto de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.



- **Debilidades:** a imagem discreta que projeta para fora do seu mercado tradicional, a rigidez organizacional e a forte dependência do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público.
- **Oportunidades:** a necessidade crescente e premente de informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas empresas; o dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.
- **Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável do setor da comunicação social, que nunca deixará de ser destinatário fundamental dos serviços da Agência.

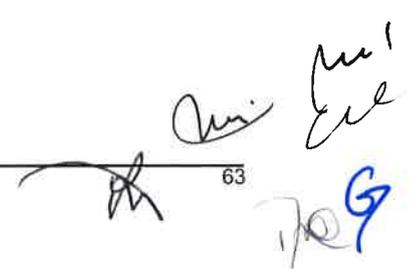
D2 – Grau de cumprimento dos objetivos

Os objetivos para o exercício de 2011 foram fixados no Plano de Atividades. O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objetivos de curto prazo, designadamente:

1. Manter a importância nacional e a credibilidade da Agência e melhorar e consolidar a produção e a distribuição dos conteúdos noticiosos, no respeito das obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público e correspondendo com eficácia e tempestividade às necessidades e à evolução dos mercados, nomeadamente às dos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.
2. Crescer na geografia e mercados de língua portuguesa, prossequindo os esforços tendentes a ampliar a presença e a ação da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de cooperação e as parcerias já

estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP e estando atenta às oportunidades de venda dos seus serviços nesse espaço.

3. Prosseguir o conceito de agência multimédia respondendo às crescentes solicitações dos mercados interno e externo, mantendo o rumo de alargamento às delegações e à rede de correspondentes da capacidade de produção integrada de serviços de texto, imagem e som.
4. Promover e ampliar o fornecimento e distribuição de conteúdos multimédia criando condições para a reconversão digital no mercado português e nos mercados globais de língua portuguesa, especialmente nos casos dos PALOP e ainda Macau e Timor-leste.
5. Crescer em dinâmica comercial, ampliando os contactos comerciais em curso no mercado nacional, e desenvolver as novas oportunidades detetadas na globalização da distribuição para a Web em língua portuguesa.
6. Identificar potenciais novos clientes, exteriores ao mercado tradicional, e estabelecer com eles uma relação comercial duradoira fundamentada na distribuição de serviços multimédia.
7. Multiplicar a diversidade de produtos e de modelos de negócio, concebidos à medida dos interesses estratégicos do cliente, seja qual for o seu perfil e a sua geografia, encontrando assim novos patamares de receita em serviços com perceção de valor no mercado.
8. Crescer em capacidade tecnológica e potenciar os investimentos tecnológicos realizados, nomeadamente da nova plataforma de produção e distribuição de conteúdos, continuando a apostar nos canais Web e prosseguir o desenvolvimento de áreas autónomas de



distribuição de novos conteúdos multimédia, nomeadamente conteúdos vídeo.

9. Alargar as ações de cooperação e as parcerias em curso com outras agências, quer para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas comuns, nomeadamente através dos projetos MINDS, CASAM e eMPower, quer na área da produção e distribuição de conteúdos.

Entre os objetivos fixados no Plano de Atividades para 2011, o Conselho de Administração identifica alguns objetivos que não foram totalmente concretizados e que se entende que devem ser prosseguidos nos exercícios seguintes, a saber:

a) Consolidar a presença da Lusa na Ásia (Timor, Macau e Pequim), nomeadamente, através da constituição de uma empresa em Macau para operar como placa giratória do serviço noticioso sobre a China e os países lusófonos e estreitar as ligações entre os mercados da Europa, dos PALOP, do Brasil e do MERCOSUL. Com efeito, em relação a esta alínea, o Conselho de Administração, em reunião de 4 de fevereiro, aprovou a constituição de uma empresa para operar em Macau, com a denominação “Lusa Oriente – Agência de Informação, Lda.” Em cumprimento pelo disposto no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 18 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, a Lusa apresentou ao Ministro das Finanças os fundamentos e o plano de negócios bem como o pedido formal de autorização para constituir aquela empresa, aguardando-se, à data de 31 de dezembro de 2011, a decisão.

b) Potenciar a presença da Lusa no espaço lusófono e em todos os espaços geográficos onde está presente, com redução de custos, através de parcerias, e diligenciar a criação de uma agência de notícias global ancorada nos conteúdos informativos em língua portuguesa.

D3 – Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do setor Empresarial do Estado aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, a Lusa está sujeita a instrumentos jurídicos próprios pelo facto de se inserir no setor da Comunicação Social.

Entre outros, destacam-se os principais:

- Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa com a última alteração pela Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, que aprova o regime jurídico da concorrência e dá nova redação ao n.º 4 do artigo 4.º da Lei da Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista e que foi alterada e republicada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 31 de julho de 2007.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e com a última alteração pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com a última alteração operada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o estatuto do gestor público, nomeadamente o regime das incompatibilidades.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece o novo regime da contratação pública e que revogou o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março e o Decreto-Lei n.º 197/99.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril que estabelece as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado.
- Código de Ética da Lusa aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt.
- Acordo de Empresa entre a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., e o Sindicatos dos Jornalistas e outros, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 15, de 22 de abril de 2009.

D4 – Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

A Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. acompanhou o aumento de capital da EPA – European Pressphoto Agency através do valor entregue para suprimentos em anos anteriores, subscrevendo e realizando três ações pelo preço de vinte mil euros por ação, passando a deter o capital de € 140.000,14 euros (cento e quarenta mil euros e catorze cêntimos).

D5 – Informação sobre outras transações

Não ocorreram.

D6 – Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direção Administrativa e Financeira, nos termos do Regulamento de Compras da Lusa.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

A Lusa iniciou em 2011 a implementação das normas de contratação pública.

D7 – Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não ocorreram.

D8 – Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos de mercado (no caso de esta percentagem ultrapassar 1Me)

Apenas um fornecedor teve vendas à Lusa cujo valor ultrapassava simultaneamente os 5% do total de fornecimentos e serviços externos e um valor de vendas superior a 1Me: a PT Prime, com prestação de serviços de comunicações e alojamento e manutenção de sistemas avaliada em 1.153.277,50 euros (IVA incluído).

D9 – Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Os corpos sociais da Lusa foram eleitos em assembleia-geral de acionistas de 27 de março de 2009, exceto o vogal do Conselho Fiscal, Dr. António Corrêa

d'Oliveira eleito, em assembleia-geral de 18 de março de 2011, para substituir o Dr. João António Oliveira Pires que renunciou ao cargo em 1 de janeiro de 2011.

O Conselho de Administração é integrado por um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e cinco vogais, não executivos.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um Revisor Oficial de Contas.

A Mesa da Assembleia-geral é composta por uma presidente, um vice-presidente e um secretário.

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2009-2011, respetivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa.

Assembleia-Geral

Presidente: Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa.

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão.

Secretária: Dr. José Pedro Barbosa Berhan da Costa, Secretário.

Conselho de Administração

Presidente e Administrador Delegado: Dr. Amável Afonso Barata Camões.

Vice-Presidente não executivo: Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso.

Vogal não executivo (1): Prof. Dr. Rui Manuel Sobral Centeno.

Vogal não executivo (2): Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro.

Vogal não executivo (3): Gabino José Durão Ferreira de Oliveira.

Vogal não executivo (4): Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.



Vogal não executivo (5): Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado.

Não foram constituídas comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Presidente: Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres.

Vogal: Dr. António Corrêa d'Oliveira.

ROC Efetivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.

D10 – Remunerações e outras regalias dos membros dos órgãos sociais

Mesa Assembleia-Geral

Unid: €

Exercício	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2011	261,46	208,88	0

Conselho de Administração

Exercício	P	VPNE	VNE(1)	VNE (2)	VNE (3)	VNE (4)	VNE (5)	TOTAL
1. Remuneração								
1.1. Remuneração base/Fixa	89.287,94	2.800,00	3.000,00	3.000,00	2.100,00	2.700,00	3.000,00	105.887,94
1.2. Redução da Lei 12-A (30/06/2010)	-4.464,32	-140,00	-150,00	-150,00	-105,00	-135,00	-150,00	-5.294,32
1.3. Redução da Lei 55-A (31-12-2010)	-8.928,44	-67,88		-150,00				-9.146,32
1.3. Acumulação de funções de gestão								
1.4. Prêmios de gestão								
1.5. Outras (ajudas de custo)	874,92							874,92
2. Outras regalias e compensações								
2.1. Gastos de utilização de telefones	1.674,02							1.674,02
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço	10.229,23							0,00
2.3. Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	5.209,20							0,00
2.4. Subsídio de deslocação Despesas com cartão de crédito	5.664,47							5.664,47
2.5. Subsídio de refeição								
2.6. Outros (despesas com a viatura de serviço)	1.986,36							1.986,36
3. Encargos com benefícios sociais								
3.1. Regime convencionado	15.406,72				404,99	520,70	578,55	16.910,96
3.2. Seguros de saúde	296,48							
3.3. Seguros de vida								
3.4. Outros (Seg.ac.trabalho e doenças profissionais)	331,94							331,94
4. Informações Adicionais								
4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)								
4.2. Regime convencionado								
4.2.1. Segurança social (S/N)								
4.2.2. Outro (S/N)								
4.3. Ano de aluguer da viatura de serviço	2010							
4.4. Exercício funções remuneradas fora grupo								
4.5. Outras (identificar detalhadamente)								

Legenda: P – Presidente; VPNE – Vice-presidente não executivo; VNE – Vogal não executivo

Nota: Os valores apresentados neste quadro estão numa ótica de fluxos monetários.



Órgão de Fiscalização

Exercício	Presidente	Vogal	Unid: €
			Roc
2011	13.309,24	9.031,52	15.750,00

O regime de previdência aplicável é o Regime Geral da Segurança Social.

D11 – Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objetivos principais para o exercício de 2011, traçou ações a médio e curto prazo e precisou os objetivos setoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram atingidos os principais objetivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda.

Como principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa, a Lusa identifica a eventual redução do valor do contrato com o Estado e o agravamento da crise no mercado tradicional de comunicação social.

No paradigma das suas operações, a Lusa garante a promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação; adota critérios de sustentabilidade social e desenvolve políticas e práticas de equidade na ligação aos seus clientes e de respeito pelas suas expectativas em relação ao serviço da Agência.

Quanto à gestão de recursos humanos, a Lusa promove a valorização individual alicerçada no mérito, através do sistema de avaliação de desempenho, da atribuição do Prémio Lusa, e do apoio às atividades do Clube Lusa.

A intervenção do Clube Lusa continua a revestir-se de especial significado, porquanto presta um serviço socialmente relevante aos seus associados – antigos e atuais trabalhadores da Agência Lusa – através da promoção de iniciativas culturais e recreativas que, pela interação dos participantes, fomentam um saudável espírito de grupo, e propiciam o desenvolvimento de dinâmicas de cultura empresarial favorável aos objetivos da Agência.

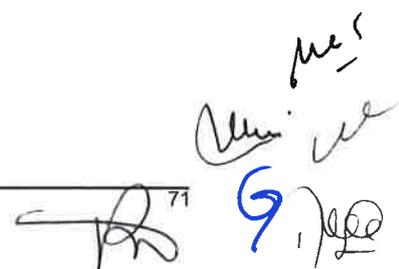
No âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social, a Lusa mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de janeiro de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de atualidade.

A Lusa adota políticas de proteção ambiental, nomeadamente, no que se refere à periódica verificação da qualidade do ar das instalações da sua sede, ao tratamento e reciclagem de lixos, e redução de impressão de fotocópias por via do projeto “paper less”.

Ao nível da eficiência energética, a Lusa cumpre as normas de certificação do seu edifício-sede e, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2010 de 29 de setembro, procurou fornecedores alternativos no mercado livre e logrou reduzir a fatura energética.

A Lusa contribuiu para a inclusão social (empregabilidade) não fazendo quaisquer discriminações nem aceção de pessoas.

A qualidade dos serviços prestados pela Lusa, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa, em 31 de julho de 2007, é monitorizada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social que, para o efeito e sobre o assunto, produz dois relatórios semestrais com base numa grelha de avaliação da qualidade dos serviços e através de um inquérito aos clientes.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a signature that appears to be 'M. S.' and a large blue 'G'.

O rigor e a qualidade do trabalho produzido pela Lusa são assinalados em testemunhos do Gabinete para os Meios de Comunicação Social e, em geral, pelos clientes da Agência que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da atividade da Lusa, realçam a fiabilidade e a rapidez da informação prestada.

No âmbito da inovação/modernização a Lusa concluiu com sucesso os projetos CASAM e eMPOWER, e prosseguiu o desenvolvimento do projeto Puzzled-by-Policy, todos cofinanciados pela Comissão europeia.

Em 2011 as ações de inovação/modernização na Lusa tiveram como expressão mais relevante:

- A entrada em produção do novo website da Lusa.
- A participação na Minds International para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.
- O projeto Europhoto que conduzirá à internacionalização de todo o acervo fotográfico da Lusa.

Em termos de planos de ação para o futuro, a Lusa considera essencial a prossecução da estratégia como agência multimédia a produzir e distribuir informação para várias plataformas, mantendo o elevado grau de desempenho no cumprimento do serviço público que lhe está cometido.

D12 – Informação a constar no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	DIVULGAÇÃO			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de janeiro de 2011
Historial Visão Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objetivos, política, Obg. Serv. público e mod. Financiamento	X			
Modelo Governo / Identificação de Órgãos Sociais				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidades relacionadas	X			
Outras transacções			X	
Análise de sustentabilidade				
Económica	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro	X			
Informação a constar no Site da Empresa	DIVULGAÇÃO			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial - Visão - Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade				
Económica	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda: S – Sim; N – Não; N. A. – Não aplicável

D13 – Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A Lusa adota os Princípios de Bom Governo e cumpre as disposições da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de março.

E – GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

E1 – Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

a. Diversificação de instrumentos de financiamento

Para o financiamento do investimento em ativo fixo, a empresa recorre ao leasing e a empréstimos bancários de médio e longo prazo. Para o financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, a empresa recorre a empréstimos de curto prazo sob a forma de conta corrente caucionada.

b. Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

As taxas de juro são as adequadas às características dos financiamentos contratados. Em 2011 as modalidades em vigor na empresa eram a “Euribor a um mês” e a “Euribor a três meses”.

c. Diversificação de entidades credoras

A contratação de qualquer instrumento de financiamento só se concretiza após avaliação da consulta efetuada a pelo menos três entidades presentes no mercado.

d. Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

Considerando as condições de mercado e as operações realizadas pela Lusa, não se tem justificado a contratação de instrumentos derivados para a gestão de cobertura de riscos (taxas de juro e de câmbio ou outras).

E2 – Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

a. Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis

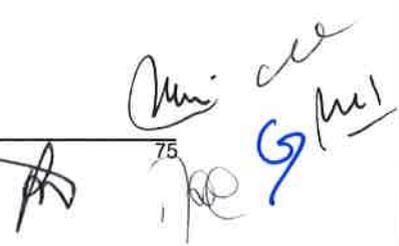
Medida prosseguida pela empresa. Em 2011, a empresa contratou dois financiamentos de médio prazo (dois e três anos) no montante global de dois milhões de euros.

b. Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

Na contratação dos financiamentos necessários, a empresa considera este pressuposto.

c. Minimização da prestação de garantias reais

A empresa procura cumprir esse desiderato. No entanto, em 2011, dada a impossibilidade de obter o financiamento necessário no mercado bancário nacional, recorreu ao mercado externo contratando um empréstimo em Macau, para o qual prestou uma garantia real (hipoteca sobre o imóvel que a empresa detém nesse território).



d. Minimização de cláusulas restritivas (covenants)

Sim.

E3 – Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

a. Adoção de política tendente à minimização da afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais:

A empresa procura fazer a cobertura financeira dos investimentos através dos meios libertados pela atividade operacional.

b. Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rendibilidade social e/ou empresarial, beneficiam de cofinanciamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e pelas dotações de capital aprovadas para o efeito

A empresa acolhe esta opção quando os investimentos a realizar são elegíveis nos programas comunitários existentes. No passado, a empresa já recorreu a estes instrumentos comunitários (SIME).

c. Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento

Em 2011, 77% do investimento realizado (226 mil €) foi adquirido com recurso ao auto financiamento.

d. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos

	Taxa anual média de financiamento (i)	Juros suportados	Outros encargos
2007	4,72%	510.991,35	36.701,04
2008	5,08%	378.684,30	18.591,30
2009	2,05%	134.560,91	10.630,75
2010	1,50%	95.547,28	4.962,90
2011	5,09%	195.935,20	15.693,71

(i) Juros Suportados c/financiamento/Passivo Remunerado Médio

e. Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Empréstimos bancários	475.724,05	358.867,64	129.376,75	91.615,48	191.981,94
Leasing	35.267,30	19.816,66	5.184,16	3.931,80	3.953,26
Outros	20.958,99	21.218,59	14.710,11	1,25	0,11
Total	531.950,34	399.902,89	149.271,02	95.548,53	195.935,31

f. Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro

A Lusa tem privilegiado sobretudo o auto financiamento, razão pela qual não tem recorrido a instrumentos de gestão de risco financeiro.

g. Reflexão nas DF do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira

Não aplicável.

h. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a blue arrow pointing to the right.

Em 2011, o prazo médio de pagamentos foi de 96 dias o que, relativamente ao período homólogo, traduz um agravamento de 40 dias.

i. Cumprimento dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio, designadamente, por via do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção-Geral das Finanças (IGF) dos: planos de atividades anuais e plurianuais; orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado; planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento; relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização; cópias das atas das assembleias-gerais

A Lusa cumpriu os deveres de informação atrás enunciados.

j. As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2010

O Conselho de Administração cumpriu as recomendações dos acionistas emitidas aquando da aprovação das contas de 2010.

k. Cumprimento das “orientações genéricas sobre negociações salariais para as empresas públicas, nos termos do ofício n.º 1730, de 25 de fevereiro de 2010, da DGTF “...não atualização dos salários nominais para o corrente ano...”

A Lusa não atualizou os salários em 2011 e cumpriu o respetivo dever de informação por carta de 16 de junho de 2010 dirigida ao DGTF.

l. Cumprimento do Despacho de 25 de março de 2010 do Ministro de Estado e das Finanças (MEF), comunicado através de ofício circular

n.º 2590, de 26 de março de 2010, que determina a não atribuição de prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011, aos membros do órgão de administração

A Lusa não atribuiu prémios de gestão aos membros do órgão de administração.

m. Cumprimento da orientação constante no Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, da DGTF, relativamente às normas de contratação pública

A Lusa cumpre as normas de contratação pública.

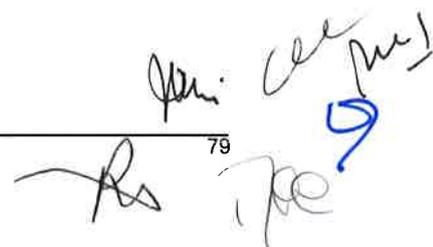
n. Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2010 no PEC e aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de abril, e explicitados no Despacho n.º 510/10-SETF, de 1 de junho, comunicado pelo Ofício circular n.º 4348, de 1 de junho de 2010, da DGTF.

Em 2011 o passivo remunerado registou uma diminuição de 3,5 milhões de euros face ao período homólogo.

o. Implementação de medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), ao nível da racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente sobre a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A Lusa aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, em setembro.

p. Cumprimento do previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho: “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos



executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%”; e do previsto na Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro de 2010.

A Lusa reduziu em 5% a remuneração dos membros do Conselho de Administração nos termos previstos no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, e aplicou o artigo 19.º da Lei 55-A de 31 de dezembro de 2010.

q. Cumprimento do previsto no artigo 17.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, ao nível do Princípio da Unidade de Tesouraria, segundo o qual “... *as entidades que integram o sector empresarial do Estado,, devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, I.P....”*

Dado que as aplicações financeiras efetuadas pela Lusa (depósitos a prazo) são pontuais e por prazos muito curtos, e uma vez que o IGCP não dispõe de produtos financeiros adequados a esses prazos, a empresa tem recorrido ao mercado bancário.

**F – DECLARAÇÃO DO VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
SR. DR. ROGÉRIO PAULO DE SALDANHA PEREIRA VIEIRA,
NOS TERMOS DO NÚMERO TRES DO ARTIGO SEXAGÉSIMO QUINTO
DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Declaração relativa à recusa de assinatura das contas do exercício de 2011

(a incluir no Relatório de Gestão e nas Contas)

Eu, Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, na qualidade de administrador da sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., tendo em conta que:

- a) Em 9 de dezembro de 2011, em entrevista do Presidente do Conselho de Administração da LUSA ao jornal Diário Económico, é referido que a LUSA apresentava, em outubro de 2011, um resultado líquido de 1,9 milhões de euros, e que, nessa mesma entrevista, o Presidente do Conselho de Administração manifestou a sua oposição à distribuição de dividendos afirmando “Acho que seria imoral distribuir dividendos este ano porque neste resultado estão salários dos trabalhadores”, por efeito das reduções salariais impostas por medida governamental;
- b) No dia 12 de dezembro de 2011, manifestei, por mail, ao Presidente do Conselho de Administração a m/ não concordância pela sua afirmação relacionada com a distribuição de dividendos, na medida em que o resultado das operações da empresa apurado no exercício era bastante superior à poupança obtida pela redução dos salários dos trabalhadores, e que parte desse resultado deveria ser distribuído em dividendos pelos accionistas sem que isso fosse “à custa dos salários dos trabalhadores”;
- c) No dia 11 de janeiro de 2012, o ministro dos Assuntos Parlamentares anunciou no Parlamento que, apesar dos lucros obtidos pela LUSA, “não faria sentido efetuar distribuição de dividendos depois de ter sido pedido um sacrifício extraordinário relativamente aos salários dos seus trabalhadores”;
- d) Em 23 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Lusa analisou as contas de dezembro de 2011, que apresentavam um resultado de 2.733.798,51 euros, sendo que, sem considerar o impacto das referidas medidas governamentais, o resultado seria de 1.682.787,47 euros. Com base nestas contas começaram a ser elaborados todos os documentos de prestação de contas, obrigatórios nos termos legais;
- e) A 3 de fevereiro de 2012, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, foi enviada a todos os administradores da LUSA uma primeira versão do Relatório e Contas da LUSA de 2011, com o atrás referido resultado líquido de 2.733.798,51 euros, e integrando uma proposta de aplicação de resultado que não considerava a distribuição de qualquer valor a título de dividendos;



- f) Pelo conteúdo da página 43 dessa primeira versão do Relatório e Contas da LUSA de 2011, os administradores não executivos tiveram conhecimento, pela primeira vez, da decisão do Tribunal de julho de 2011 no processo fiscal relativo a IVA e do recurso interposto pela LUSA em setembro de 2011;
- g) A 7 de fevereiro de 2012, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, foi enviada a todos os administradores da LUSA uma segunda versão do Relatório e Contas da LUSA de 2011, acolhendo as minhas sugestões de alteração, comunicadas no dia anterior, e não introduzindo qualquer alteração ao resultado líquido, nem efectuando qualquer provisão pelo referido processo fiscal relativo a IVA;
- h) No dia 9 de fevereiro de 2012, enviei a todos os membros do Conselho de Administração da LUSA, as minhas observações ao Ponto D do referido Relatório, pág. 58, propondo a aplicação do resultado líquido do exercício de 2011 de 2.733.798,51 euros nos termos legais, sendo 136.689,93 euros para Reservas Legais; 2.031.146,72 euros transferidos excepcionalmente para Resultados Transitados, dos quais 466.724,36 euros para cobertura de resultados transitados negativos constantes do balanço em 31 de dezembro de 2011, e 565.961,87 euros distribuídos a título de dividendos pelos acionistas à data, valor correspondente a 26,5% do lucro do exercício, montante este consideravelmente inferior ao mínimo distribuível nos termos do n.º 1 do art.º 295.º do Código das Sociedades Comerciais;
- i) A 10 de fevereiro de 2012, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, foi enviada a todos os administradores da LUSA uma terceira versão do Relatório e Contas da LUSA de 2011, acolhendo as alterações propostas por outros membros do Conselho de Administração e não introduzindo qualquer alteração ao resultado líquido, nem provisões pelo referido processo fiscal relativo a IVA. Nesta terceira versão do Relatório eram apresentadas as duas propostas de aplicação de resultados: a inicial, do Presidente do Conselho de Administração, e a sugerida por mim referida em g);
- j) No dia 13 de fevereiro de 2012, um dos membros do Conselho de Administração propôs mais algumas alterações na parte referente à Introdução do Relatório, as quais com um “acerto” proposto por mim, foram aceites pelos restantes membros do Conselho de Administração;



- k) No dia 16 de fevereiro de 2012, pelas 9h 40m, o Presidente do Conselho de Administração enviou, por mail, a todos os administradores da LUSA, uma quinta versão do Relatório e Contas da LUSA de 2011, a qual reduzia o resultado líquido do exercício de 2.733.798,51 euros para 612.977,12 euros, por efeito da constituição de uma provisão para o referido processo fiscal de IVA, no montante de 2.843.641,09 euros (com um impacto de 2.120.821,39 euros no resultado líquido), assunto que não foi discutido nem proposto anteriormente em sede do Conselho de Administração;
- l) Nesse mesmo dia 16 de fevereiro, pelas 18h, na reunião do Conselho de Administração da LUSA convocada para aprovação da versão final do Relatório e Contas de 2011, o ponto dois da Agenda tinha como assunto a aprovação da proposta de constituição da provisão referente ao processo fiscal do IVA, movimento que já tinha sido incluído no Relatório e Contas enviadas nessa manhã a todos os membros do Conselho de Administração;
- m) Considerando a evolução dos resultados da LUSA ao longo do exercício, esta alteração frustra as legítimas expectativas dos acionistas, nomeadamente o seu direito aos lucros, assim como configura um incumprimento dos deveres legais da administração executiva da LUSA, pela falta de informação prestada aos restantes membros não executivos do Conselho de Administração sobre o referido processo fiscal relativo a IVA, desde julho de 2011, com um impacto relevante nas contas da sociedade agora alteradas;
- n) Com a constituição da provisão nas contas de 2011, o Conselho de Administração está a prescindir, implicitamente e na eventualidade de a LUSA perder o recurso interposto em Tribunal, do exercício do direito de reversão sobre o cliente Estado do valor do IVA, que deveria então ser objeto de liquidação e cobrança junto do Estado, não defendendo, assim, os interesses da sociedade,

não assino o Relatório de Gestão nem as Contas da Sociedade com referência ao exercício de 2011,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antonio...', is written over a horizontal line.

Lisboa, 16 de fevereiro de 2012

G – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos elaborar um Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo a estas demonstrações financeiras, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Conselho Fiscal efetuou, ao longo do exercício de 2011, reuniões mensais para análise da evolução da gestão e acompanhamento da atividade da Sociedade.

Sempre que necessário, por sua iniciativa ou por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, reuniu ainda com este Órgão ou com o seu Presidente, onde foram debatidos os assuntos mais relevantes decorrentes da evolução dos negócios da Lusa.

Na realização do seu trabalho, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, o esclarecimento das questões que suscitou, sendo de destacar a colaboração que teve por parte dos Serviços da Lusa, dos seus responsáveis e dos membros do Conselho de Administração.



O Conselho Fiscal procedeu igualmente à elaboração de Relatórios Trimestrais, suportados nos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Órgão, onde expressou a síntese das ações desenvolvidas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e aos Senhores Acionistas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.

O Relatório de Gestão enfatiza os aspetos mais relevantes da atividade da Lusa ao longo do exercício, salientando a capacidade de adaptação à crise sistémica que abalou a economia, nacional e mundial, fruto de um grande esforço de contenção de gastos e de rigor orçamental, que se traduziu na manutenção de índices de rentabilidade muito satisfatórios.

A produção editorial da Agência, ao nível de conteúdos, registou um aumento global de 8,8% face ao ano anterior, o qual foi particularmente expressivo nos suportes foto, conteúdo misto e vídeo, tendo sido integralmente cumprido, e até ultrapassado, o nível de produção exigido pelo Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público contratado com o Estado.

A situação económica e financeira da Lusa continua a evidenciar uma exploração equilibrada, não obstante o efeito decorrente da constituição de uma provisão, no montante de 2.843.641 euros, para acautelar as perdas estimadas decorrentes de um processo judicial associado à liquidação de IVA adicional, referente aos exercícios de 2001 e 2002, cuja primeira decisão foi desfavorável à Sociedade.

Destaca-se ainda o desconhecimento do arquivo de imagem, anteriormente reconhecido em Inventários, pelo montante de 2.230.197 euros, afetando diretamente Capitais Próprios, por se entender, e bem, que o mesmo não tinha potencial de geração de receitas futuras.

Contudo, persiste ainda a incerteza relativa à realização de 1.856.752 euros, reconhecidos no Ativo como valores a receber do Estado, provenientes de serviços prestados em 1999, 2000 e 2004, mas que não foram reconhecidos por este, situação que motivou a interposição de uma ação judicial contra o Estado, envolvendo não só aquele montante como também os juros vencidos, embora não contabilizados.



Em nossa opinião, o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, divulgando de forma adequada a evolução da atividade da Lusa. Contempla igualmente, em capítulo autónomo, um conjunto vasto de informação relativa ao Governo Societário, dando assim cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 300/2007, de 17 de Dezembro, na RCM nº 49/2007, de 28 de Março, bem como na demais legislação complementar e nas orientações transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, em representação do acionista Estado.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Conselho Fiscal, a qual emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, com a qual se concorda.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração da Lusa, ao responsável pela Direcção Administrativa e Financeira e ao Secretário-Geral, bem como aos demais colaboradores com quem o Conselho Fiscal teve oportunidade de interagir ao longo do exercício, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Face ao exposto e tendo em consideração que os documentos de prestação de contas devem ser lidos em conjugação com o teor da Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, somos de parecer que os Senhores Acionistas da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, contemplando a afetação de 5% do resultado apurado à Reserva Legal e a transferência do remanescente para Resultados Transitados. Importa, contudo, ter presente que o resultado distribuível, depois da compensação dos Resultados Transitados existentes, ascende a 115.603,90 euros.

Deste modo, alerta-se para o facto de, nos termos do nº 1 do artº 294º do Código das Sociedades Comerciais, a aprovação desta proposta de aplicação de resultados exigir uma deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social;



- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais;

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2012

O Conselho Fiscal

Presidente



Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres

Vogais



António Nuno de Carvalho Corrêa d'Oliveira

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

H – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de Balanço de 15.236.522 euros e um total de Capital Próprio de 6.680.807 euros, incluindo um Resultado Líquido de 612.977 euros), as Demonstrações dos Resultados, por Naturezas e por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 7., seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Encontram-se posicionados em Outras Contas a Receber, na rubrica de Devedores por Acréscimo de Rendimentos, 1.629.204 euros referentes a despesas suportadas pela Lusa com as Delegações de Jacarta e Dili, em 1999 e 2000, e de Macau e Pequim, em 2000, que a Lusa entende que foram assumidas "*na sequência de instruções políticas dadas pela tutela e das quais não existe suporte documental substantivo*", não obstante a existência do compromisso da então Secretaria de Estado da Comunicação Social de que tais encargos seriam incluídos no contrato-programa a assinar entre a Lusa e o Estado, o que efetivamente veio a suceder, mas só para os encargos de 2001 e seguintes, excetuando as despesas suportadas com a Delegação de Jacarta.

Àquele montante acresce ainda a dívida de uma Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada igualmente em Outras Contas a Receber, relativa a serviços prestados a entidades dos PALOP, na maioria das situações associados a protocolos de cooperação entre o Estado Português e as Republicas de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, cuja origem remonta a 2004.

De acordo com um relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças em 2006, não existem elementos contratuais que suportem os créditos reclamados, admitindo-se que a realização dos serviços que lhe estão associados tenha sido determinada por razões eminentemente políticas. Naquele relatório, que mereceu despacho de concordância do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, reconhece-se, no entanto, que alguns créditos de natureza idêntica, relativos a períodos diferentes, foram satisfeitos.

O Conselho de Administração da Lusa entende que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, tendo para o efeito interposto, em 12 de Maio de 2010, uma ação administrativa contra o Estado Português, no montante global de 3.906.400 euros, onde se incluem juros vencidos associados a estes créditos, conforme referido na Nota 17.2. do Anexo.

Atendendo a que se desconhece se, e quando, estes créditos virão a ser recebidos, e dado que não se encontra registada qualquer perda de imparidade associada a estes montantes posicionados no ativo, não nos é possível concluir se existirá, ou não, uma sobreavaliação do ativo e dos capitais próprios, a qual, a verificar-se, será equivalente ao montante que vier a reconhecer-se como não cobrável.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, sujeito aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo 7., as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ENFASES

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as seguintes situações:

9. Na Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2010 expressámos uma reserva por desacordo devido ao facto da Sociedade manter reconhecido no ativo, em Inventários, pelo montante líquido de 2.230.197 euros, o arquivo de imagem, adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação, CIPRL. O nosso desacordo decorria de entendermos que não eram expectáveis benefícios económicos futuros atribuíveis a este arquivo, não estando assim reunidos os critérios exigidos para o respetivo reconhecimento como Ativo.

Na presente Certificação retirámos a referida reserva, dado que, no decurso do exercício de 2011, a Sociedade procedeu à alteração da política contabilística anteriormente adotada, de forma retrospectiva, tendo desreconhecido este ativo, conforme referido na Nota 9. do Anexo, por contrapartida em Resultados Transitados. Consequentemente, foram reexpressos os saldos de abertura, em conformidade com o disposto no parágrafo 19 da NCRF 4.

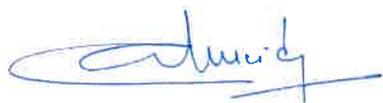
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2012

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida



ADENDA AO RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2011

APROVADO EM ASSEMBLEIA-GERAL DE 27.03.2012

ÍNDICE

INFORMAÇÃO ADICIONAL DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, pág. 3
2. Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, pág. 3
3. Remunerações e outras regalias dos Membros dos órgãos sociais, pág. 3
 - 3.1. Mesa da Assembleia-Geral, pág. 3
 - 3.2. Órgão de Fiscalização, pág. 3
 - 3.3. Conselho de Administração, pág. 4
 - 3.4. Auditor Externo, pág. 4
4. Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2011, pág. 5
5. Cumprimento das Orientações Legais, pág. 6
6. Gestão de Risco Financeiro, pág. 7
7. Sistemas de Controlo e Riscos, pág. 7
8. Mecanismos para a Prevenção de Conflitos de Interesse, pág. 8
9. Informação a Constar no Site do SEE e informação a constar no site da Empresa, pág. 8

INFORMAÇÃO ADICIONAL DO CONSELHO FISCAL

Cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei 55-A/2010, pág. 10

ADENDA AO RELATÓRIO E CONTAS 2011

Em aditamento aos capítulos D – Relatório do Governo da Sociedade e E – Gestão do Risco Financeiro, do Relatório e Contas 2011 da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A., a páginas 60 e seguintes, e em observância ao Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 27 de maio, ao Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, e à Lei 55-A/2010, o Presidente do Conselho de Administração presta a seguinte informação:

1. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a fornecedores

PMP *	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	13	14	16	19	21	21	22	22

* Cálculo segundo o critério indicado pela DGTF (SIRIEF)

2. Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	902.330,65	69.344,22	66.714,24	12.946,96	19.231,92

3. Remunerações e Outras Regalias dos Membros dos Órgãos Sociais

3.1. Mesa da Assembleia-Geral

Unid: €

Mandato I	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
2011	261,46	208,88	0,00

3.2. Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal	2011		
	P	ROC **	V
Remuneração anual fixa (€)	14.788,06	15.750,00	9.031,00
Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	1.478,82	0,00	0,00
Remuneração anual efetiva (€)	13.309,24	15.750,00	9.031,00

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) SIM ___ Não X

3.3. Conselho de Administração

Remunerações 2011

	P	VPNE	VNE(1)	VNE(2)	VNE(3)	VNE(4)	VNE(5)
1. Remuneração							
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	89.287,94	2.800,00	3.000,00	3.000,00	2.100,00	2.700,00	3.000,00
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	4.464,32	140,00	150,00	150,00	105,00	135,00	150,00
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	8.928,44	67,88		150,00			
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	75.895,18	2.592,12	2.850,00	2.700,00	1.995,00	2.565,00	2.850,00
1.5. Senha de presença (€)							
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)							
1.7. Remuneração variável (€)							
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)							
1.9. Outras (Ajudas de custo) (€)	874,92						
2. Outras regalias e compensações							
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)							
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	1.674,02						
2.3. Subsídio de deslocação (€)							
2.4. Subsídio de refeição (€)							
2.5. Outras (Cartão de crédito - ao serviço da empresa) (€)	5.664,47						
3. Encargos com benefícios sociais							
3.1. Regime de Proteção Social (€)	15.406,72				404,99	520,70	578,55
3.2. Seguros de saúde (€)	296,48						
3.3. Seguros de vida (€)							
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)							
3.5. Outros (Seg.Ac.Trabalho e Doenças Profissionais) (€)	331,94						
4. Parque Automóvel							
4.1. Marca	Mercedes						
4.2. Modelo	C 220 Cdi						
4.3. Matrícula	32-JP-17						
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	Renting						
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	48.930,96						
4.6. Ano Início	2010						
4.7. Ano Terno	2013						
4.8. Nº Prestações (se aplicável)	36						
4.9. Valor Residual (€)							
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	10.229,23						
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	5.209,20						
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (Litros)	6.000						
4.13. Outros (Despesas com a viatura de serviço) (€)	1.986,36						
5. Informações Adicionais							
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não						
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)							
5.3. Regime de Proteção social							
5.3.1. Segurança social (s/n)	sim	Não	Não	Não	sim	sim	sim
5.3.2. Outro (indicar)							
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)							
5.5. Outras (identificar detalhadamente)							

Legenda: P – Presidente; VPNE – Vice-presidente não executivo; VNE – Vogal não executivo

3.4. Auditor Externo

A Empresa não possui auditor externo.

4. Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2011

A Lusa seguiu as orientações do Ministério das Finanças relativamente ao plano de redução de custos, procedendo a negociações com fornecedores para obter a redução do valor dos contratos, e observou as orientações do Orçamento do Estado para 2011 em relação a gastos com pessoal. Não obstante a adoção destas medidas, verificou-se um aumento de 4,69 por cento nos gastos e perdas operacionais face a 2009, e de 5,32 por cento face ao período homólogo.

No entanto, se não tivesse sido constituída a provisão para o processo judicial do IVA 2001 e 2002, no montante de 2,8 milhões de euros, os gastos e perdas operacionais registariam uma redução, que seria de 10,6 por cento face a 2009, e de 10,1 por cento em relação a 2010.

Salienta-se, também, o facto de os custos com pessoal representarem cerca de 58 por cento dos gastos e perdas operacionais e terem registado uma diminuição de 9,6 por cento face a 2009, e de 9,96 por cento em relação ao período homólogo.

A rubrica fornecimentos e serviços externos, com um peso de 23,45 por cento nos gastos e perdas operacionais, registou um crescimento de 0,45 por cento face a 2009, e uma redução de 4,79 por cento em relação ao período homólogo. Trata-se da restrição possível perante o imperativo das obrigações da operação da Agência.

5. Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Cumprimento do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público	X			100%	
Redução dos Gastos e Perdas operacionais		X			A Lusa não cumpriu a redução de 15% nos Gastos e Perdas Operacionais, face a 2009, devido à constituição de uma provisão para o processo do IVA 2001 e 2002, no montante de 2,8 milhões de euros. Não fora este facto, obter-se-ia uma % de cumprimento na ordem dos 71%. Essa, seria a redução possível de modo a não afetar a operação da agência.
Consolidação da Agência Multimédia	X			95%	
Gestão do Risco Financeiro	X				
Evolução do PMP a fornecedores		X		Agravamento de 40 dias	Redução do apoio bancário no curto prazo.
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			92	Anexo 5
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X				
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratórios termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X				
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas	X				
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Diminuição de 68% nas dívidas a instituições de crédito (bancos e locadoras financeiras)	
Plano de Redução de Custos:					
Gastos com pessoal				Decréscimo de 9,6% face a 2009	
Fornecimentos e Serviços Externos				Acréscimo de 0,45%	Crescimento dos custos com a rede de correspondentes.
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			Não houve variação face ao período homólogo	Os excedentes de tesouraria são aplicados no sistema bancário, dado o IGCP não dispor de aplicações financeiras para os prazos pretendidos (muito curto prazo).

6. Gestão de Risco Financeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			Para financiamento do investimento em ativo fixo, a empresa recorre ao leasing e a empréstimos bancários de MLP. Para financiamento de necessidades pontuais de tesouraria, a empresa recorre a empréstimos de CP sob a forma de conta corrente caucionada.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			As taxas de juro são as adequadas às características dos financiamentos contratados.
Diversificação de entidades credoras	X			A contratação de qualquer instrumento de financiamento só se concretiza após avaliação da consulta efetuada a pelo menos três entidades presentes no mercado.
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			Dadas as condições de mercado e as operações realizadas pela Lusa, não se tem justificado a contratação de instrumentos derivados para a gestão de cobertura de riscos.
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Medida prosseguida pela empresa. Em 2011, a empresa contratou dois financiamentos de médio prazo.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			Na contratação dos financiamentos necessários, a empresa considera este pressuposto.
Minimização da prestação de garantias reais	X			A empresa procura cumprir esse desiderato. No entanto, em 2011, dada a impossibilidade de obter financiamento necessário no mercado bancário nacional, recorreu ao mercado externo contratando um empréstimo em Macau, para o qual prestou uma garantia real (hipoteca sobre o imóvel que a empresa detém nesse território).
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			A empresa procura fazer a cobertura financeira dos investimentos através dos meios libertados pela atividade operacional.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			A empresa acolhe esta opção quando os investimentos a realizar são elegíveis nos programas comunitários existentes. No passado, a empresa já recorreu a estes instrumentos comunitários (SIMÉ).
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			Em 2011, 77% do investimento realizado foi adquirido com recurso ao auto financiamento.
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			A Lusa tem privilegiado sobretudo o auto financiamento, razão pela qual não tem recorrido a instrumentos de gestão de risco financeiro.
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X	

Legenda:

FC - Fundos comunitários
 CP - Capital próprio
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

7. Sistemas de Controlo e Riscos

A Lusa dispõe de normas de controlo interno e de risco que abrangem as seguintes áreas: compras e contas a pagar, receita (faturação), tesouraria (pagamentos), pessoal (administração de pessoal), gestão de ativos tangíveis, função fiscal, e reporting financeiro.

8. Mecanismos para a Prevenção de Conflitos de Interesse

A Lusa cumpre o Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2008, disponível em www.lusa.pt. A Agência não contrata a aquisição de bens e serviços a entidades de que tenha conhecimento serem propriedade de seus colaboradores.

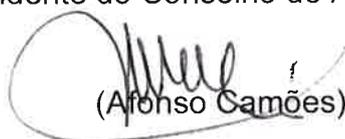
9. Informação a Constar no Site do SEE e Informação a constar no site da Empresa

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

O Presidente do Conselho de Administração,


(Afonso Camões)

INFORMAÇÃO ADICIONAL DO CONSELHO FISCAL

DECLARAÇÃO

Em aditamento ao Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, que emitimos em 28 de Fevereiro de 2012, e enquadrado no âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no seu ofício circular nº 653, de 25 de janeiro de 2012, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a Lusa deu pleno cumprimento às orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas no artigo 19º, conjugado com o artigo 22º, ambos da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.

Lisboa, 9 de Março de 2012

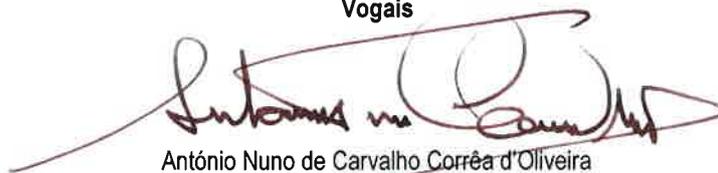
O Conselho Fiscal

Presidente



Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres

Vogais



António Nuno de Carvalho Corrêa d'Oliveira

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vítor Manuel Batista de Almeida